

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA
ANFIP

Decepção - APOSENTADOS 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Última semana para entregar a declaração 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta ao 1º lote começa hoje 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saúde distribuiu a estados máscaras chinesas com suspeita de falsificação 8

A GAZETA - MT - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impostos e tributos (3) 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaristas testam terreno para projetos conservadores 11

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar amanhã o 13º salário para 31 milhões 13

AGORA - SÃO PAULO - SP - DEFESA DO APOSENTADO
SEGURIDADE SOCIAL

Leitor não sacou benefício e pede revisão para o INSS 14

R7 - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo adia para 1º de julho retomada da prova de vida no INSS 15

R7 - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como investir a 1ª parcela antecipada do 13º salário do INSS 16

R7 - TECNOLOGIA E CIÊNCIA
SEGURIDADE SOCIAL

Criminosos usam prova de vida do INSS para aplicar golpes 18

R7 - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA
SEGURIDADE SOCIAL

A 7 dias do fim do prazo, veja como declarar o IR 2021 em 7 passos 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
SERVIDOR PÚBLICO

Jogamos na defensiva, agora vem a eleição? Vamos para o ataque 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Mais velhos, mas com perfil arrojado 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incerteza empaca as reformas 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente defendeu "tratamento precoce" toda semana.....31

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investigação mobiliza procuradores contra novo Código de Processo Penal.....33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cuide de seus investimentos (2).....35

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pazuello pode retornar à CPI para nova sabatina.....36

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - BRASIL/OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro volta a criticar preços dos combustíveis.....37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Veja como proteger seus investimentos da alta esperada de inflação nos EUA e no Brasil
.....38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Há gente que quer só comida (2).....40

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar deve continuar em R\$ 5,30, dizem especialistas.....41

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
ECONOMIA

Confira quem consegue entrar na ação do FGTS pelo sindicato.....42

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil é 7º em Gastos com Funcionários Públicos - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO.....43

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

FGTS: limitação trava nova rodada de saques.....44

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Covid não valida furar teto, dizem criadores da regra.....45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
POLÍTICA

"Não podemos ignorar a desigualdade" - EIXO CAPITAL.....47

Decepção - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Não era esta a nossa intenção ao assistirmos as sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de Senadores da República, para investigar ações que permitiram a morte de quase meio milhão de brasileiras e brasileiros, ceifados pelo coronavírus, o COVID- 19. Esperávamos que a palavra verdade fosse o destaque para nos convencer que tudo tinha sido feito para favorecer o cidadão, neste momento, enfraquecido com a ferocidade de uma doença perversa, difícil de contenção.

Entretanto, a palavra mentira teve pleno domínio.

Esta foi a constatação observada nos pronunciamentos dos senadores que buscam o que houve, aconteceu, verdadeiramente.

PROVA O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está exigindo que seus segurados comprovem que estão vivos. O prazo de comprovação foi fixado até o final deste mês. Quem não comprovar terá o benefício suspenso. Não somos contra a exigência, porém, entendemos que existe outra forma para atender o que pretende o Instituto. O segurado quando falece tem, obrigatoriamente, o registro no cemitério e no cartório que fornece o Atestado de Óbito e, ao que sabemos, este tem a obrigação de informar a ocorrência ao **INSS**. Se cumprida essa exigência, não há motivo para que o segurado seja obrigado a fazer a prova de vida. Utilizemos a tecnologia para facilitar o bom funcionamento, evitando-se mais burocracia.

SEGURIDADE No próximo dia 13 de julho, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da **Previdência Social** (CPIPREV), completará quatro anos. Nesse relatório foram divulgadas informações preciosas coletadas nas declarações de profissionais e representantes de entidades ligadas à **Seguridade Social**. Destacou-se a constatação da situação financeira saudável da conta, cuja a arrecadação de recursos deve ser aplicada nas atividades de saúde, assistência social e **previdência social**.

Não sabemos até agora o resultado das conclusões do Ministério Público sobre as recomendações da CPI, que mostrou à sociedade, sem subterfúgios, o que, de fato, acontece com os recursos da Seguridade.

RECURSOS Aposentados e pensionistas não vão deixar de protestar, até que haja o convencimento de que os recursos financeiros arrecadados e

disponibilizados no Orçamento da **Seguridade Social**, sejam exclusivos para o que consagra a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e, por isso, mais uma vez, transcreve o artigo 194: "A **seguridade social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Ao Congresso Nacional (deputados federais e senadores), compete impedir a emissão da famigerada DRU.

ELIMINAÇÃO Eliminando-se o instrumento Desvinculação de Receitas da União (DRU), podemos assegurar, com a certeza absoluta, que a atualização e regularização das aposentadorias e pensões, proposta no Projeto de Lei nº 4434/2008, antes numerado PL-58/2003, de autoria do senador Paulo Paim, PT-RS, poderá ser concretizada sem afetar os compromissos da **Seguridade Social** com saúde, assistência social e **previdência social**. Esta afirmativa comprova-se nas análises da **Anfip**, Fundação **Anfip** e CPI do Senado Federal. Análises que tem como fonte de informações os registros contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal.

VACINAÇÃO A recomendação é: não vacile, vacine-se. Soubemos que muitas pessoas idosas deixaram de comparecer para tomar a segunda dose da vacina contra o coronavírus, a covid-19. É um erro gravíssimo esse procedimento.

A imunização somente ocorrerá com a tomada da segunda dose. Esta é a afirmação de quem entende de vacinação que são os profissionais da área de saúde. Portanto, siga esta orientação e não acredite na falsa divulgação de que uma só dose é o suficiente para estar imunizado. Aposentados, pensionistas e pessoas idosas, não podem se descuidar e facilitar o contágio desse perverso mal que aflige a humanidade.

VELHICE "Pois assim como me agrada o jovem em que reside um algo de velhice, da mesma forma me apraz o velho em que se verifica um quê de juventude; todo aquele que seguir essa máxima será idoso apenas no corpo, jamais no espírito" (Cícero).

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115670>

Última semana para entregar a declaração

FERNANDA STRICKLAND*VERA BATISTA

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021 está na reta final e faltam oito dias para acabar. De acordo com dados da **Receita Federal**, até a última sexta-feira (21), 22,6 milhões de declarações foram recebidas. A expectativa do Fisco para este ano é de receber 32 milhões de documentos até 31 de maio. Portanto, 9,4 milhões de pessoas ainda precisam prestar contas com o Leão. Quem perder o prazo pagará multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido. Deixar para a última hora, pode incorrer em erros. Toda a atenção é pouca, neste momento, para evitar cair na malha fina, alertam os especialistas ouvidos pelo Correio.

"É um risco deixar tudo para a última hora. Qualquer deslize pode levar à malha fina. Erros de digitação, documentos esquecidos e que não foram levantados e incluídos, preenchimento em lugar errado e a própria falta de análise crítica da variação patrimonial levam ao aumento do risco de autuação pela **Receita Federal**", destaca Elvira de Carvalho, especialista em imposto de renda e contadora da King Contabilidade. Ela lembra que, hoje em dia, é muito comum, por exemplo, esquecer de declarar investimentos e seus rendimentos, como aplicações na Bolsa de Valores ou em criptomoedas.

"Se nos últimos momentos da entrega faltou alguma coisa ou comprovante, aconselho que entregue a declaração e depois faça uma retificação. Isso garante o cumprimento da obrigação e evita as multas", destaca Elvira de Carvalho.

A especialista lembra que um ponto de extrema importância, neste difícil momento de pandemia e de vidas perdidas, é não esquecer das obrigações para com o Fisco do espólio - conjunto de bens, direitos e obrigações da pessoa falecida. "Diferentemente da Lei Civil, para a **legislação tributária**, a pessoa física do contribuinte não se extingue imediatamente após sua morte. A responsabilidade, até a data do falecimento, é do espólio. Encerrada a partilha, a responsabilidade pelo imposto devido do falecido é do sucessor", alerta Elvira de Carvalho.

Neste ano, o prazo para a entrega da declaração do IRPF de 2021, ano-base de 2020, foi prorrogado em um mês diante dos efeitos da pandemia da covid-19. Para aqueles que não acertaram suas contas com o Fisco, ainda dá tempo. O contador e sócio-proprietário

da Contador do Trader, Luís Fernando Moreira, alerta que "o primeiro passo é verificar quem está obrigado a declarar". "Se tiver dúvidas, busque um profissional de sua confiança para ajudar a esclarecer", afirma.

Adriano Marrocos, coordenador da Comissão do Imposto de Renda do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), reforça que, ainda que seja possível retificar a declaração após 31 de maio, a partir desse dia, não será possível alterar o modelo de simplificado para o de deduções legais (completo), ou vice-versa. "Outra questão é que pode haver congestionamento e o site da Receita acabar não transmitindo o documento, o que gera multa. E, por fim, não despreze a possibilidade de corrigir inconsistências. A malha vem sendo liberada entre 24 e 72 horas", comenta.

Sem correção

A tabela do IRPF não teve reajuste desde 2015 e acumula distorções. Portanto, estão isentos quem tem rendimentos mensais menores que R\$ 1.903,98, informa Sandro Rodrigues, contabilista, economista e fundador da Attend Assessoria, Consultoria e Auditoria. "O Imposto de Renda não é cobrado sobre todo o salário. O que é descontado para o **INSS** (Instituto Nacional do Serviço Social), por exemplo, não entra nessa conta. As alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos", explica.

Assim, são obrigados a declarar o IRPF contribuintes que tiveram rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, em 2020, ou renda anual bruta superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural, no ano passado, conforme mostra o quadro a baixo. Pessoas que tiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (indenizações trabalhistas, caderneta de poupança ou doações) superior a R\$ 40 mil também precisam prestar contas com o Fisco. Além disso, destaca Rodrigues, os contribuintes que tiveram, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeitos à incidência do IRPF, por exemplo, venda de um imóvel precisam fazer a declaração. O mesmo vale para aqueles que fizeram investimentos financeiros tributáveis na Bolsa, como ações, mercadorias e contratos futuros. A prestação de contas também é obrigatória às pessoas que, em 31 de dezembro de 2020, detinham a posse ou a propriedade de bens ou direitos de valor superior a R\$ 300 mil.

Entre as novidades previstas para este ano está a

prestação de contas com o Leão de quem recebeu auxílio emergencial. Caso a pessoa teve rendimentos tributáveis superiores a R\$ 22.847,76, ela deverá devolver os valores a mais do benefício - do titular e dos dependentes. Os recursos devem ser declarados na ficha Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica. Para a devolução, acesse <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

Consulta ao 1º lote começa hoje

VERA BATISTAFERNANDA STRICKLAND*

O primeiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021 estará disponível para consulta a partir das 10h desta segunda-feira. O Leão vai depositar R\$ 6 bilhões na conta de quase 3,5 milhões de contribuintes no próximo dia 31, prazo limite para a entrega da declaração do IRPF. É o maior lote já pago pelo órgão, tanto em valor quanto em número de beneficiados, em um claro intuito do governo para aquecer o consumo.

A restituição do Imposto de Renda é a devolução da diferença do imposto pago após o desconto das deduções. Se o saldo entre o que resta a pagar e o que já foi pago ou retido na fonte for negativo, o contribuinte tem um valor a receber do Leão, de acordo com Elvira de Carvalho, especialista em imposto de renda e contadora da King Contabilidade. "Não há uma forma correta de se saber em qual lote o contribuinte receberá sua restituição. Sabemos que, quanto antes for entregue a declaração, mais chance de estar nos primeiros lotes", assinala.

Para saber se estará contemplado nesse primeiro lote, basta o contribuinte acessar o site da **Receita Federal** ou o aplicativo Meu Imposto de Renda, digitando o número do CPF e a data de nascimento. O cronograma da restituição não foi alterado, mesmo com a prorrogação do prazo de entrega da declaração, que passou de 30 de abril para 31 de maio. Conforme o auditor fiscal da **Receita Federal** José Carlos Fonseca, foram mantidos cinco lotes de restituição, como no ano passado, que serão pagos mensalmente, a partir de maio até 30 de setembro.

Dos R\$ 6 bilhões que serão liberados na próxima semana pelo Fisco, a maior parte, R\$ 5,5 bilhões, será destinada às pessoas com prioridade legal, como idosos, deficientes e professores. O dinheiro restituído pelo Fisco cai diretamente na conta informada no formulário da declaração quando ela é enviada. Se, por algum motivo, o crédito não for feito (a conta informada foi desativada, por exemplo), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Cerca de 390 mil pessoas ainda não receberam a restituição de 2020, devido a pendências nos dados das contas bancárias.

Adriano Marrocos, coordenador do Imposto de Renda do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sugere que a melhor forma de o contribuinte aplicar o recurso é quitar as dívidas mais caras. "É bom começar

pagando as contas que tenham elevada cobrança de juros, como cartão de crédito em atraso, ou conta-corrente no vermelho. Também é preciso priorizar aquelas despesas que podem interferir no bem-estar da família, como aluguel e serviços de telefonia. Imagine, hoje, quem trabalha em casa ficar sem internet", explica.

Quando fizer a consulta, o cidadão poderá verificar se há ou não pendências que impeçam a restituição. Caso encontre inconsistências, basta enviar uma declaração retificadora para corrigir, e, assim, evitar a famosa malha fina.

Já o contribuinte que tiver imposto a pagar, poderá parcelar o valor em até oito vezes, desde que não seja inferior a R\$ 50. O pagamento da primeira parcela deverá ser feito em 31 de maio. "É importante lembrar que as parcelas seguintes serão corrigidas pela Selic (taxa básica de juros, atualmente em 3,5% ao ano). Ao optar pelo pagamento único, que será no dia 31 de maio, não haverá desconto, mas também não terá juro da Selic", destaca Elvira de Carvalho, da King Contabilidade.

Ao preencher a declaração, o contribuinte já fica sabendo se tem direito ou não de receber a restituição quando vai enviar o formulário. Segundo as regras, o valor da restituição é atualizado pela taxa Selic acumulada após o fim do prazo de entrega da declaração até o mês anterior ao pagamento, acrescido de 1% no mês no depósito.

Modelos

A contadora Adriana Ruiz Alcazar, sócia da Seteco Consultoria Contábil, explica que é importante observar o modelo da declaração, completo ou simplificado, para saber o valor da restituição a receber. Quem pode incluir despesas dedutíveis, como dependentes, escola dos filhos ou gastos com médico, precisa fazer a declaração completa.

"No modelo simplificado, a Receita vai fazer a consolidação de todos os rendimentos tributáveis que a pessoa física recebeu. Alguns exemplos de rendimentos tributáveis são salários, aposentadorias e pensões, ganhos de trabalho como profissional autônomo, pensão alimentícia e também rendimentos de aluguéis. Os rendimentos isentos e os sujeitos à tributação exclusiva não entram na conta", explica.

Nessa modalidade, o Fisco aplica um desconto de

20% sobre os rendimentos tributáveis, limitado a um valor de R\$ 16 mil aproximadamente. "Assim, chega-se a uma base de cálculo do IR. Então, a Receita remete os dados à base da tabela progressiva e faz a aplicação da alíquota. Com isso, chega em um novo valor. Depois, desconta os valores que efetivamente você já recolheu durante um ano para então chegar a uma nova apuração", aponta Adriana Alcazar. No modelo completo, segundo a contadora, o procedimento é muito parecido: os descontos com deduções não são fixos em 20% e podem passar, inclusive, dos R\$ 16 mil que a Receita coloca como limite. "Isso acontece porque vai considerar as despesas também durante o ano-calendário, que abatem esse valor de base de cálculo para efeito de imposto. É dessa forma que o Fisco apura o valor do imposto a pagar ou a restituir." *Estagiária sob supervisão de Rosana Hessel 390milpessoas ainda não receberam a restituição de 2020

Saúde distribuiu a estados máscaras chinesas com suspeita de falsificação

Vinicius Sassine

O Ministério da Saúde importou e distribuiu máscaras chinesas com suspeita de falsificação, sem garantir a segurança e eficácia dos produtos para uso por profissionais de saúde.

A pasta também não agiu para averiguar se a suspeita se confirmava ou não, o que levou à paralisação das caixas de máscaras em galpões nos estados.

Documentos da **Receita Federal** sobre a importação dessas máscaras da China registram que o ministério foi o "importador" e "adquirente" dos produtos, com fabricação atribuída à Dongguan HuaGang Communication Technology.

Outros documentos sobre o destino dos equipamentos mostram que a pasta foi responsável por distribuí-los aos estados.

Foram importadas pelo menos 200 mil máscaras, do tipo KN95, a um custo unitário de US\$ 1,70 (R\$ 8,99, pela cotação do dólar de quarta-feira, 19). O total envolvido é de US\$ 340 mil (R\$ 1,79 milhão).

O Ministério da Saúde diz que essas máscaras foram do -adas, mas não revela quem foi o doador. O material integrou lotes enviados aos estados para destinação a profissionais de saúde.

A importação, distribuição e falta de garantia sobre a segurança e autenticidade do material envolvem todas as gestões à frente do Ministério da Saúde do governo de Jair Bolsonaro.

A importação ocorreu em 12 de abril de 2020, na gestão de Luiz Henrique Mandetta. A distribuição e a falta de certificação sobre a eficácia das máscaras seguiram pelas gestões de Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga.

A suspeita de falsificação e inutilização do material se somam a outras irregularidades na distribuição de máscaras pelo governo Bolsonaro.

Em 17 de março, a Folha revelou que o ministério comprou e distribuiu máscaras chinesas impróprias para uso por profissionais de saúde. O produto, também KN95, contém a expressão "non medical" na

embalagem.

A empresa contratada para distribuir o material pertence a um empresário que atua no mercado de relógios de luxo suíços. Ao todo, foram importados 40 milhões de máscaras. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) afirmou que o produto não poderia ser usado em hospitais. Diante disso, os estados passaram a distribuir o material a quem não é profissional de saúde.

O caso passou a ser investigado na CPI da Covid no Senado. Em seu depoimento na quarta-feira (19), Pazuello foi questionado sobre o assunto e admitiu saber da recomendação contrária da Anvisa e não ter agido para resolver o problema.

Já as outras máscaras KN95, sobre as quais recai a suspeita de falsificação, tiveram o uso interdito pela Anvisa em junho, por não proporcionarem proteção adequada a profissionais de saúde.

A decisão seguiu ato similar da FDA (Food and Drug Administration), a Anvisa dos Estados Unidos. Entre as máscaras estão as fabricadas pela Dongguan HuaGang.

Uma nova resolução, em setembro, reforçou a interdição, estendida a distribuição e comércio. Faltavam critérios mínimos de filtração de partículas.

Neste ano, descobriu-se que as amostras usadas para análise das máscaras eram falsificadas.

A FDA informou que circulam falsificações de diversos fabricantes chineses. Como amostras verdadeiras tinham laudos satisfatórios para filtração, a Anvisa revogou a interdição, em nova resolução em março, seguindo deliberação idêntica da FDA.

Mesmo com a nova medida, as máscaras seguem estocadas e sem uso nos estados, pois não há uma comprovação sobre falsificação ou autenticidade dos produtos.

Durante todo o período de interdição das máscaras, desde junho, não houve um recurso à Anvisa contra a medida, nem do fabricante nem do importador, segundo documentos da própria Anvisa.

Também não houve explicação ao MPF (Ministério Público Federal) sobre a suspeita de falsificação ou sobre a eficácia dos equipamentos.

Tampouco houve apresentação de laudos do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para atestar a autenticidade e segurança das máscaras. O MPF em Brasília investiga a compra e distribuição do material pelo ministério.

À Folha a Anvisa afirmou, em nota, que a falsificação foi constatada em produtos distribuídos ao mercado, e não somente em amostras; que cabe ao importador garantir segurança e eficácia; e que o uso por profissionais de saúde só está liberado se laudos do fornecedor ou fabricante comprovarem atendimento a normas técnicas das máscaras N95 e PFF2, indicadas para uso hospitalar.

A reportagem questionou o Ministério da Saúde se, como importador, garante a segurança e a eficácia das máscaras e se já descartou a suspeita de falsificação. Não houve resposta da pasta. O ministério também não respondeu para quais estados distribuiu os produtos.

Em nota, a pasta limitou-se a dizer: "As 200 mil máscaras KN95, recebidas em abril de 2020, foram doadas, portanto, não há contrato de compra. As máscaras foram distribuídas antes de qualquer deliberação da Anvisa."

No Rio Grande do Norte, por exemplo, há 23,7 mil máscaras paradas em estoque desde a interdição pela Anvisa.

Parte do material chegou a ser enviado a hospitais, para uso por profissionais de saúde, mas acabou sendo recolhida diante da decisão da agência.

Até agora, não houve um atestado de segurança dos equipamentos pelo Ministério da Saúde, segundo gestores do estado.

"As máscaras interditadas continuam em quarentena, sem uso. E não chegou nenhum **comunicado** da Anvisa", afirma Ralfo Medeiros, coordenador de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Norte.

O estado foi um dos primeiros a alertar sobre irregularidades nas máscaras distribuídas pelo Ministério da Saúde da gestão Bolsonaro. Uma investigação teve início no MPF no estado, transferida depois para a Procuradoria da República no Distrito Federal.

De acordo com a Anvisa, se houver dúvida sobre

autenticidade dos produtos, é preciso fazer um contato direto com fabricantes "e outros na cadeia de suprimentos".

"Casos de suspeita de irregularidades devem ser encaminhados à agência para apuração. Até o momento não recebemos denúncia de possível falsificação", afirma a agência reguladora.

Ainda de acordo com a agência, não houve necessidade de recolhimento das máscaras. "A Anvisa atua pautada por provas e não há provas de irregularidade."

Mesmo assim, segundo a Anvisa, o uso por profissionais de saúde só é possível se laudos comprovarem o atendimento às normas técnicas adotadas para as máscaras N95 e PFF2.

As dúvidas sobre autenticidade não são o único problema. Uma nota técnica da agência datada de 8 de abril fez ressalvas ainda sobre máscaras fixadas com elástico ao redor da orelha, como é o caso das KN95, e não atrás da cabeça.

"O governo americano tem alertado que, até o momento, nenhum certificado de conformidade foi expedido para máscaras com tirantes de fixação ao redor da orelha, e que esta característica compromete a vedação necessária para a adequada filtragem, não havendo nenhuma máscara aprovada com essa característica", afirma o documento.

O MPF por sua vez, num parecer com data de 13 de abril, afirmou que máscaras interditadas pela Anvisa "não podem ser utilizados para uso médico/hospitalar, a não ser nos ambientes considerados de baixo risco e que não demandem máscaras cirúrgicas ou N95 e PFF2".

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Impostos e tributos (3)

O Brasil ocupa o 14º lugar num ranking de 30 países que mais arrecadam imposto. Na lista dos que melhor retornam o dinheiro para a população ocupa a última posição. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), de 2016 a 2019, os brasileiros tiveram de trabalhar 153 dias, ou cinco meses do ano só para pagar **impostos**. No ano passado, foram 151 dias.

No mês de abril, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 156,822 bilhões, um recorde para o mês com aumento real (descontada a **inflação**) de 45,22% na comparação com igual mês de 2020. Em relação a março deste ano, houve aumento de 13,34% no recolhimento de **impostos**.

O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de abril da série histórica, iniciada em 1995.

De acordo com a **Receita Federal**, o desempenho da arrecadação de abril decorre do comportamento das principais variáveis macroeconômicas no mês e do aumento de 42,60% no recolhimento de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - que levou a uma arrecadação extraordinária de R\$ 1,5 bilhão.

No acumulado do ano até abril, a arrecadação federal somou R\$ 603,722 bilhões, também recorde para o primeiro quadrimestre. O montante ainda representa um avanço real de 13,62% na comparação com os primeiros quatro meses do ano passado.

O índice aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia. Foram determinantes para o alcance dessa marca o aumento da **inflação** no período, comparada com as elevações de preços de produtos registradas anteriormente, a desvalorização do real frente ao dólar e o crescimento da economia em alguns setores.

Numa reação a esse movimento de aumento de **impostos** e **tributos**, na próxima quinta-feira, 27, cidades de Mato Grosso e de todo Brasil fazem nova edição nacional do Dia Livre de **Impostos**, cuja intenção é conscientizar a população sobre o quanto ela paga de **impostos** sobre produtos e serviços e qual retorno destes **tributos** para a vida do cidadão.

Na capital mato-grossense, a coordenação da ação é da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá). A

expectativa é ter mais de 5 mil empresas participando em todo Brasil, sendo cerca de 400 de Mato Grosso.

Especialistas alertam que a arrecadação boa para o Brasil é aquela que vem do crescimento das atividades econômicas e não do aumento de **impostos**. E nem é preciso ser especialista para saber disso.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10562>

Bolsonaristas testam terreno para projetos conservadores

Danielle Brant e Daniel Carvalho

Após dois anos à base de discursos inflamados, principalmente nas redes sociais, deputados bolsonaristas começam a tentar colocar as ideias em prática e, com apoio de aliados na Câmara, testam terreno para emplacar projetos conservadores.

Diante do derretimento da popularidade de Jair Bolsonaro (sem partido), o presidente subiu o tom de sua retórica, enquanto os aliados destravam a pauta conservadora, tudo com a intenção de animar a base popular mais radical e fiel ao bolsonarismo.

Na pauta estão textos que transformam morte por "imposição de ideologia de gênero", a defesa do voto impresso e um projeto que prevê que educação domiciliar não é crime de abandono intelectual.

Além disso, os esforços são aplicados também na tentativa de barrar propostas consideradas liberais - nos costumes-, como um texto que libera o cultivo de Cannabis por empresas para fabricação de medicamentos medicinais.

Na Câmara de Arthur Lira (PP-AL), o presidente encontrou um cenário ideal para tentar pressionar pela adoção de suas ideias.

Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a presidente é a bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF). A deputada já havia prometido no fim do ano passado priorizar em 2021 a agenda conservadora, que ficou inviabilizada pelas articulações pela reforma da Previdência em 2019 e pela pandemia de Covid-19 em 2020.

Kicis priorizou dois textos que se alinham com o discurso de Bolsonaro. Um deles, de sua autoria da própria presidente do colegiado e de mais duas deputadas - Chris Tonietto (PSL-RJ) e Caroline de Toni (PSL-SC)-, muda artigo sobre abandono intelectual no Código Penal para prever que pais ou responsáveis que oferecerem modalidade de educação domiciliar não incorrem no crime.

As deputadas defendem que o homeschooling "é um direito dos pais, por Lei Natural; assim, são eles a escolherem qual ambiente é mais compatível com a realidade de seus filhos, tendo como critério o maior

bem-estar das crianças no sentido de seu pleno desenvolvimento."

O homeschooling é uma promessa de campanha de Bolsonaro, que, em 2019, enviou ao Congresso um projeto para regulamentar o ensino domiciliar. A expectativa do governo era aprovar até o primeiro semestre deste ano o texto.

Na mesma comissão, Bia Kicis pautou um texto de sua autoria e dos deputados Carla Zambelli (PSL-SP) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) que também altera Código Penal para aumentar de 40 para 50 anos o tempo máximo de cumprimento de penas no país.

O projeto também acrescenta dois dispositivos para indicar ser homicídio qualificado aquele cometido contra a criança ou adolescente em razão de sua "condição peculiar de desenvolvimento físico e psíquico", com pena de reclusão de 30 a 50 anos, e o praticado contra criança ou adolescente em razão de sua "condição peculiar de desenvolvimento físico e psíquico e que esteja sob cuidado, guarda, vigilância ou autoridade".

Nesse último caso, a pena é de reclusão de 40 a 50 anos. Os autores criam um item sobre morte por imposição de ideologia de gênero, com reclusão de 30 a 50 anos.

Segundo o projeto, considera-se haver razões para imposição de ideologia de gênero quando o crime envolve menosprezo ou discriminação ao sexo biológico, imposição de ideologia quanto à existência de sexo biológico neutro e imposição de ideologia para inversão do sexo biológico.

Apenas passa a ser de reclusão de 40 a 50 anos se a vítima for "criança, adolescente ou pessoa com doença mental parcial ou totalmente incapaz de se autodeterminar."

O projeto sugere que a norma seja conhecida como Lei Rhuan Maycon, em referência ao menino de 9 anos morto e esquartejado pela mãe e pela companheira em 2019. Na justificativa, os deputados afirmam haver "crescente escalada da violência contra crianças no Brasil".

O menino, afirmam, foi "barbaramente seviciado,

torturado, emasculado, a fim de fazê-lo transgênero; depois, assassinado e tendo o corpo esquartejado, para ter sua história apagada deste mundo, tudo essa barbárie praticada por sua genitora e sua companheira, no Distrito Federal."

O relator, deputado Pedro Lupion (DEM-PR), fez algumas alterações, retirando a qualificadora relacionada à imposição de ideologia de gênero, por entender ser uma terminologia sem definição precisa.

Também suprimiu a expressão "condição peculiar de desenvolvimento físico e psíquico" e deixou apenas homicídio praticado contra criança ou adolescente.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) lembra que esse projeto, como outros na CCJ, passou por ajustes.

"Me parece que o ponto mais polêmico, já retirado pelo relator, era a imposição de ideologia como qualificadora do crime de homicídio", disse.

"A definição muito aberta de tipos penais nunca é a melhor saída, tampouco deve ser a primeira. Há muito para avançarmos nessa matéria, que não deve ser lida pela lente penal, mas a partir de um olhar abrangente, mais complexo, sobretudo pela mediação de políticas públicas."

Para a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), as pautas e o comportamento dos bolsonaristas são uma reação de um governo que está perdendo popularidade.

"Cada vez que Bolsonaro e a tropa dele perdem popularidade, fazem mais política para uma base minoritária e radicalizada da extrema-direita."

Na Comissão de **Seguridade Social** e Família, um relatório da deputada Vivi Reis (PSOL-PA) sobre um texto de Sâmia Bomfim (PSOL-SP) gerou controvérsia.

O projeto original estabelecia a Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes, em 15 de agosto, dedicada à divulgação dos direitos relacionados à saúde das gestantes.

Reis incluiu alguns dispositivos para ampliar o escopo da semana, entre eles um que dispunha sobre direitos relacionados ao planejamento reprodutivo. O relatório foi rejeitado e a deputada Chris Tonietto apresentou parecer alternativo, retirando a expressão "planejamento reprodutivo" sob alegação de que ela vem sendo utilizada para viabilização do aborto.

O apoio para os projetos bolsonaristas vem da cúpula da Câmara também. Na quinta (13), foi instalada a comissão especial que vai debater o voto impresso,

sob a benção de Lira.

Defensores da proposta insistem na tese de que o modelo atual não é seguro e que, por isso, é preciso haver conferência do voto no dia da eleição, o que é contestado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Na sexta (14), diante de uma plateia favorável a ele em Terenos (MS), Bolsonaro fez uma série de comentários sobre a agenda conservadora.

"Se dependesse daquela minoria ativa de esquerda, teríamos hoje ideologia de gênero como uma regra no Brasil e outras coisas absurdas. Vocês sabem do que a gente está falando", afirmou Bolsonaro, sem explicar do que estava falando.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

INSS começa a pagar amanhã o 13º salário para 31 milhões

O aguardado pagamento antecipado do 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começará a ser feito nesta terça-feira (25) para beneficiários que recebem um salário mínimo (R\$ 1.100, em 2021) e têm cartão com final 1, sem contar o dígito depois do traço.

As datas de pagamento obedecem ao calendário regular do benefício.

Cerca de 31 milhões de segurados têm direito à primeira parcela da gratificação natalina. São eles: aposentados, pensionistas e segurados que recebem auxílio-doença, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão em 2021.

Quem ganha benefícios assistenciais pagos pela Previdência, como BPC/Loas e renda mensal vitalícia, não tem direito ao abono.

Já é possível verificar a data em que irá receber o 13º e o valor da parcela pelo Meu **INSS**. A consulta é feita com CPF e senha.

Para quem já estava recebendo o benefício em janeiro deste ano, a primeira parcela do abono equivale à metade da renda mensal bruta paga pelo **INSS**.

Já quem passou a ter a renda previdenciária a partir de fevereiro irá receber de forma proporcional aos meses de benefício.

A segunda parcela estará na folha de pagamentos do **INSS** de junho e será liberada entre os dias 24 de junho e 7 de julho. Ela poderá ser menor se houver cobrança do Imposto de Renda.

A tributação varia conforme a idade. O segurado de até 64 anos paga IR caso receba acima de R\$ 1.903,98. De 65 anos em diante, há isenção extra do IR e o imposto só é cobrado se o benefício superar R\$ 3.807,96.

Embora a antecipação estivesse nos planos do Ministério da Economia desde o primeiro trimestre deste ano, a antecipação do 13º do **INSS** foi liberada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 4 de maio.

O objetivo do governo federal é aquecer a economia

neste momento de agravamento da pandemia de Covid-19. Só com a primeira parcela o **INSS**, serão injetados R\$ 25,3 bilhões no país até 8 de junho.

A expectativa do Ministério da Economia é pagar R\$ 52,7 bilhões com o abono.

Segundo o ministério, a antecipação do 13º não terá impacto orçamentário, pois haverá apenas a mudança da data de pagamento.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Leitor não sacou benefício e pede revisão para o INSS

O leitor Celestino Ascencio Sastri Filho, 58 anos, do Parque Savoy City, na região de Itaquera (zona leste), relata que o valor da sua aposentadoria por tempo de contribuição do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) está errado.

Dono de uma microempresa de informática desde 1991 e ex-funcionário de uma metalúrgica, ele diz que solicitou a aposentadoria em setembro de 2019 e, na mesma hora, o benefício foi concedido, mas com R\$1.000 a menos.

"A reclamação é em relação ao valor, porque eles não consideraram alguns recolhimentos. Tem algumas informações no sistema do **INSS** que estão incorretas, como uma data de baixa que não consta lá", afirma.

"Isso me fez perder quatro anos de recolhimento, que são comprovados. A aposentadoria que pedi em 2019 saiu em duas horas, porém eu caí no fator previdenciário por conta desses anos", diz o leitor, que também afirma ter mais de 38 anos de contribuição.

No dia seguinte à concessão, em 2019, o segurado conta que entrou com uma reclamação no **INSS** e, ainda naquele mês, fez um outro pedido de correção, mas não obteve um retorno.

O leitor também relata que, desde que o benefício foi concedido, ele não efetuou nenhum saque da aposentadoria, do FGTS ou do PIS/Pasep, aguardando uma revisão dos valores. "Não mexi em nada desde setembro de 2019 para poder recorrer e pedir uma revisão dos valores", completa Celestino Filho.

Diferente do que sugere o leitor, sacar a aposentadoria ou as verbas mencionadas não retira o direito à revisão. Em vez disso, impede a renúncia ao benefício.

Solicitação está em análise Em nota, o **INSS** diz que o pedido do leitor está em análise. "Esclarecemos que o pedido de revisão está no setor técnico do instituto, em análise." Além disso, o órgão afirma que irá comunicar Celestino Ascencio Sastri Filho quando o caso for decidido. "Quando o processo for concluído, o **INSS** enviará **comunicado** ao segurado." O leitor pode acompanhar seu pedido e obter mais detalhes do seu caso pelos canais remotos do **INSS** (site gov.br/meu-

inss, aplicativo Meu **INSS** para celular e telefone 135).

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Governo adia para 1º de julho retomada da prova de vida no INSS

Leia também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Casas Bahia até 80% de desconto: todos os códigos nesse link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados 30% de desconto

Cupom Ponto Frio: até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEstok

Cupom de desconto Polishop: 5% OFF em todo o site

US\$8 de desconto com cu

O governo federal publicou no Diário Oficial da União desta segunda-feira (24) a ampliação por mais um mês da suspensão para prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**).

A exigência de recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis seria retomada em 1º de junho e passa para o início de julho.

A partir de junho, quem não fizer essa medida terá o benefício bloqueado. Desde março de 2020, os bloqueios estavam suspensos por causa da pandemia do coronavírus .

A instrução normativa estabelece que encerrado o período de suspensão o beneficiário "deverá realizar a comprovação de vida para continuidade do pagamento de proventos e pensões e recebimento de eventuais retroativos".

Além da prova de vida por biometria facial, pelo celular para beneficiários cadastrados nessa opção, quem não puder ir ao banco por dificuldades de locomoção ou por motivo de doença pode realizar o procedimento por meio de um procurador. Mas, para isso, é preciso que a procuração seja cadastrada no **INSS**.

A prova de vida por procuração também é uma alternativa para beneficiários que moram no exterior.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/governo-adia-para-1-de-julho-retomada-da-prova-de-vida-no-inss-24052021>

Saiba como investir a 1ª parcela antecipada do 13º salário do INSS

Leia também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Casas Bahia até 80% de desconto: todos os códigos nesse link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados 30% de desconto

Cupom Ponto Frio: até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEstok

Cupom de desconto Polishop: 5% OFF em todo o site

US\$8 de desconto com cu

A primeira parcela antecipada do 13º salário do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que corresponde a 50% do valor pago ao segurado no mês de maio de 2021, começa a ser paga aos aposentados e pensionistas nesta terça-feira (25). O cronograma de pagamentos vai até 8 de junho. Já a segunda parcela será paga entre 24 de junho e 7 de julho (veja o calendário completo no final do texto) .

Normalmente, o crédito ocorre em agosto e novembro. No entanto, o governo decidiu antecipar o pagamento para combater os impactos da pandemia de covid-19 e estimular uma retomada mais rápida da economia. Segundo o **INSS**, 31 milhões de segurados neceberão

a primeira parcela do abono, o equivalente a R\$ 25,3 bilhões. Com isso, a a folha de pagamentos de maio injetará na economia R\$ 76,3 bilhões.

Para quem ainda não sabe o que fazer ou como aplicar o dinheiro que vai entrar na conta, o R7 reuniu especialistas com a missão de dar orientações, de forma direta e descomplicada, sobre as melhores opções de investimentos para os segurados. É importante lembrar que, para o bom planejamento financeiro, a quantia a ser aplicada não faz diferença. O fundamental é dar o primeiro passo e seguir a rotina todos os meses.

"Atualmente, há uma série de aplicações com valores iniciais bastante baixos. Além disso, as plataformas de investimento facilitaram muito o acesso para os iniciantes", explica Marina Braga, gerente de alocação do escritório de investimentos BlueTrade. "O Tesouro Direto, por exemplo, tem um aporte mínimo de R\$ 30 e mesmo alguns fundos têm aplicações a partir de R\$ 100. O importante é sempre poupar e investir esses valores."

Marina também orienta o segurado a entender seu perfil de risco e buscar informações sobre o produto em que está investindo. "Um erro comum é escolher um produto que o investidor não conhece bem ou que não é adequado ao seu perfil. Nesses casos, o maior risco é resgatar no pior momento", diz. Para evitar essa armadilha, a especialista sugere recorrer às plataformas digitais e a assessores de investimentos de sua confiança.

Leia mais: É possível começar a investir com R\$ 100 por mês? Veja como fazer

Outra recomendação da gerente da BlueTrade é montar uma reserva de emergência. "É aconselhável sempre ter entre 6 e 12 meses das despesas mensais em um investimento líquido e com baixo risco, como o Tesouro Selic", afirma. "Se eu tenho uma despesa mensal de R\$ 1 mil, por exemplo, devo ter entre R\$ 6 mil e R\$ 12 mil para eventuais imprevistos."

Contratempos na pandemia

Ahmed Sameer El Khatib, professor de contabilidade financeira, finanças e auditoria na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), concorda com

Marina. "Seria importante usar parte da antecipação do 13º salário para criar um fundo de despesas emergenciais", diz. "Em tempos de pandemia, estamos sujeitos a inúmeros contratemplos, como problemas de saúde, manutenção da casa e outras necessidades financeiras que podem demandar uma despesa inesperada no orçamento doméstico."

Em relação aos investimentos, El Khatib reforça a necessidade de o segurado identificar produtos compatíveis com sua realidade. "Primeiro, é necessário saber se seu perfil é conservador, moderado ou arrojado, pois isso já filtra os tipos de aplicação mais viáveis", explica o professor. "Em seguida, é importante definir quando se pretende usar aquele dinheiro: em curto, médio ou longo prazo. Essa decisão também ajuda a direcionar o investimento."

Melhores alternativas

Entre as alternativas mais comuns e simples para iniciantes, estão os títulos do Tesouro Direto, CDB e Letras de Crédito. "Todos costumam conferir retornos interessantes e bom nível de segurança. Além disso, elas normalmente são mais indicadas para quem está interessado em investir ao menos parte do seu 13º salário", afirma El Khatib. Para diminuir riscos e aumentar as chances de ter um bom resultado, a diversificação dos investimentos também é recomendada.

Planejar e organizar a vida financeira é mais simples do que parece. Para quem quiser mais informações sobre investimentos, o professor da Fecap sugere consultar os sites do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .

Já Marina Braga, da BlueTrade, recomenda visitar as páginas eletrônicas da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) , do Tesouro Direto e de corretoras idôneas, como a XP .

Site: <http://noticias.r7.com/economia/saiba-como-investir-a-1-parcela-antecipada-do-13-salario-do-inss-24052021>

Criminosos usam prova de vida do INSS para aplicar golpes

Veja também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Casas Bahia até 80% de desconto: todos os códigos nesse link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados 30% de desconto

Cupom Ponto Frio: até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEstok

Cupom de desconto Polishop: 5% OFF em todo o site

US\$8 de desconto com cu

Cibercriminosos estão aproveitando a retomada da obrigatoriedade da prova de vida, anunciada pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em 12 de maio, para aplicar golpes.

O procedimento que era realizado presencialmente nas agências do **INSS** foi suspenso durante a pandemia para evitar aglomerações e será retomado a partir de 1º de junho pelo aplicativo "Meu **INSS**" e pelo site do Governo Federal.

Segundo o especialista em cibersegurança Marcus Garcia, vice-presidente de Tecnologia e Produtos da FS Security, os golpistas utilizam técnicas de

engenharia social, que consiste em convencer as vítimas a fornecerem dados pessoais em contatos pelo telefone, por SMS, pelo WhatsApp e também por e-mail.

"Os atacantes podem tanto ligar ou enviar mensagens para o beneficiário se passando pelo atendimento do **INSS**, dizendo algo como 'sua prova de vida foi recusada', com o objetivo de direcioná-lo para algum site ou aplicativo malicioso, quanto alegar instabilidade no aplicativo e pedir a confirmação de dados pessoais", afirma Garcia.

"Outra possibilidade é a vítima receber um e-mail malicioso que a direcione para um site falso, idêntico ao site do **INSS**, mas com alguma letra da URL [endereço virtual] alterada. Ao clicar no link, o usuário não só tem o seu dispositivo infectado por um vírus, como pode acabar também, ao entrar com seu login e senha, sendo induzido a fazer um pagamento de alguma suposta pendência", completa o especialista.

De acordo com Garcia, as consequências para as vítimas são diversas. Uma vez obtidos os dados pessoais do usuário, os cibercriminosos podem abrir contas bancárias e fazer dívidas em seu nome, obter algum empréstimo, aumentar o limite de cartões de crédito e até mesmo contatar familiares e amigos da pessoa se passando por ela.

"Com a digitalização bancária, se tornou muito mais fácil abrir uma conta e realizar outras transações financeiras. Se a vítima fornecer todos os seus dados, o banco não tem como distingui-la de alguém mal-intencionado tentando aplicar um golpe", afirma Garcia. "Por isso, é sempre bom fazer consultas periódicas para verificar se reconhece todas as contas vinculadas em seu nome."

O especialista alerta que o **INSS** nunca solicita dados pessoais, seja por ligação, SMS, WhatsApp ou e-mail, uma vez que a prova de vida é feita única e exclusivamente por meio do aplicativo ou do site do **INSS**. Ele ressalta ainda que para evitar ser direcionado a algum site malicioso, o mais recomendado é fazer o procedimento pelo app.

"Ao clicar em um link, é preciso ter certeza absoluta de que aquele link é verdadeiro, sempre conferindo que nenhuma letra foi alterada", diz. "Caso o usuário

acesse o site e não tenha uma solução de segurança atualizada, seus dados estarão automaticamente comprometidos."

Ainda não há dados concretos sobre a abrangência do golpe, mas sabe-se que ele tem feito e fará ainda muitas vítimas. Garcia destaca que a atratividade de uma fraude, seja ele qual for, leva em conta o número de pessoas que podem ser afetadas e o quão facilmente o atacante consegue atuar.

"Nesse caso específico, o alvo são quase sempre idosos, que, infelizmente, têm um pouco menos de conhecimento sobre questões digitais em geral", diz. "Os golpistas, claro, se aproveitam dessa vulnerabilidade."

Procurado pelo R7 , o **INSS** alertou os beneficiários para que, caso recebam uma ligação de alguém se passando pelo atendimento do governo, "desliguem o telefone e não forneçam nenhuma informação."

O órgão afirmou ainda que "não faz contato por telefone para procedimento de prova de vida." "O **INSS** entra em contato com o cidadão em situações específicas e para informar a respeito de procedimentos, andamento de requerimentos ou realizar reagendamentos, e, em nenhum momento solicita qualquer informação, como CPF, nome da mãe ou senhas."

"O segurado pode receber um e-mail, um SMS, uma carta ou ligação do **INSS** sempre por meio dos canais oficiais de atendimento: Meu **INSS**, Central de Atendimento 135 ou SMS identificado como 280-41", completou.

*Estagiária do R7 sob supervisão de Pablo Marques

Site: <http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/criminosos-usam-prova-de-vida-do-inss-para-aplicar-golpes-24052021>

A 7 dias do fim do prazo, veja como declarar o IR 2021 em 7 passos

Veja também

Leia também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Casas Bahia até 80% de desconto: todos os códigos nesse link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados 30% de desconto

Cupom Ponto Frio: até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEstok

Cupom de desconto Polishop: 5% OFF em todo o site

Falta uma semana para o fim do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2021 . A **Receita Federal** espera que 32 milhões de contribuintes façam a entrega da declaração.

A declaração deve ser enviada até às 23h59 da próxima segunda-feira (31). O prazo original de entrega era 30 de abril, mas foi prorrogado por causa da pandemia.

Se está perdido e nem sabe por onde começar, acompanhe estes 7 passos para fazer a declaração e acertar as contas com o Leão. confira:

O primeiro passo é saber se está obrigado a fazer a declaração, caso contrário não precisa se preocupar

com o prazo da entrega. Quem não está obrigado a declarar pode fazer a declaração, se quiser, a qualquer momento, pois não corre o risco de ter problemas com o CPF nem de pagar multa.

Já quem está obrigado a entregar e não o faz paga uma multa de no mínimo R\$ 165,74 e no máximo 20% do imposto devido, e ainda pode ficar com o CPF pendente de regularização , o que causa diversos transtornos para a vida financeira do contribuinte.

Está obrigado a declarar o IR 2021 quem, até 31/12/2020:

- Recebeu rendimentos tributáveis (como salário, aposentadoria, pensão, - inclusive auxílio emergencial - por exemplo), acima de R\$ 28.559,70;
- Recebeu rendimentos isentos (como indenização trabalhista ou rendimento de caderneta de poupança) ou tributado na fonte (como rendimento de aplicações financeiras) acima de R\$ 40 mil;
- Teve receita bruta acima de R\$ 142.798,50, no caso de atividade rural;
- Tinha bens (como casa ou carro) acima de R\$ 300 mil;
- Teve ganho de capital na venda de bens e direitos e pagou imposto;
- Comprou ou vendeu ações na Bolsa;
- Passou à condição de residente no Brasil.

Está mesmo obrigado a declarar? Então o passo seguinte é separar todos os documentos para preencher corretamente a declaração do IR. O ideal é juntar todos esses documentos ao longo do ano em uma única pasta. Todos os documentos devem conter CPF ou CNPJ de quem pagou e de quem recebeu e devem ser guardados por pelo menos cinco anos.

Veja a lista dos documentos que são necessários para fazer a declaração de IR:

- Informes de rendimentos de salários, pró-labore, distribuição de lucros, aluguéis, ações trabalhistas ou civis etc. Se foi demitido de uma empresa e não tem o

informe de rendimentos, por exemplo, não se esqueça de pedir ao RH da empresa;

- Informações dos dependentes, se tiver: CPF, nome e data de nascimento. Mesmo os bebês precisam ter CPF. É possível fazer o CPF em uma agência dos Correios, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal;

- Informe de rendimentos dos dependentes (se for o caso);

- Comprovante de saque do FGTS e recebimento do seguro-desemprego, bem como do auxílio-emergencial ou BEm (programa de manutenção da renda);

- Informes de rendimentos bancários (saldos em conta bancária acima de R\$ 140 e também os rendimentos obtidos no ano anterior);

- Recibos de pagamentos de plano de saúde e despesas médicas em geral (dentistas, planos de saúde, médicos, psicólogos, fisioterapeutas etc.);

- Comprovantes de pagamentos a advogados;

- Despesas com educação própria e dos dependentes (creche, ensino fundamental e médio, escolas técnicas, graduação, pós graduação, mestrado etc.). Cursos livres como inglês não são considerados despesas dedutíveis;

- Despesas com **Previdência Social / INSS** (caso tenha efetuado pagamento em separado);

- Despesas com Previdência Privada (caso tenha efetuado pagamentos no ano anterior);

- Doações efetuadas (se for o caso) e dados do donatário/beneficiário (nome e CPF);

- Relação de bens e documentos de compra e/ou venda de bens constantes de sua última declaração (automóveis, imóveis etc.);

- Documentos que comprovem a compra ou venda de bens durante o ano anterior, inclusive ações (valor da aquisição);

- Documentos que comprovem a existência de dívidas acima de R\$ 5.000, inclusive empréstimos feitos entre parentes.

Vá até a página da **Receita Federal** e faça o download do programa da declaração do IR 2021 neste link .

É possível enviar a declaração pelo computador e

também pelo celular. Nesse caso, é preciso baixar o aplicativo "Meu Imposto de Renda."

Ao abrir o programa da declaração, verifique cada uma das abas contidas nas "Fichas da Declaração" e vá preenchendo as informações pedidas.

Identificação do Contribuinte:

A primeira delas é a Identificação do Contribuinte, na qual o contribuinte insere seus dados pessoais.

Dependentes:

A ficha Dependentes só deve ser preenchida se o contribuinte pretende declarar algum dependente. Em 2020, o limite para dedução por dependente é de R\$ R\$ 2.275,08. Podem ser dependentes:

1. o cônjuge (o marido ou a mulher);

2. o companheiro com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos;

3. o filho ou enteado de até 21 anos ou de qualquer idade se for incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

4. o filho ou enteado de até 24 anos que ainda esteja cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

5. o irmão, neto ou bisneto, sem amparo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho ou de até 24 anos se estiver estudando em escola superior ou técnica de segundo grau (desde que tenha detido a guarda judicial até 21 anos);

6. os pais, avós e bisavós que, em 2020, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 22.847,76;

7. o menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;

8. a pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

Alimentandos:

A ficha Alimentandos deve ser preenchida por quem paga pensão alimentícia judicial e quer declarar esses gastos.

Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica:

A ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica é onde o contribuinte declara o salário que recebe, por exemplo. Deve preencher exatamente conforme o informe de rendimentos que recebeu da fonte pagadora, para evitar cair na malha fina.

Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física/Exterior:

A ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física/Exterior deve ser preenchida por quem recebeu rendimentos dessa origem, tais como rendimentos de aluguéis, pensão alimentícia, trabalho autônomo prestado diretamente a pessoa física.

Esses rendimentos devem ser informados mês a mês. Diferentemente dos rendimentos recebidos de pessoa jurídica, cujo imposto é recolhido na fonte, aqui o imposto relativo aos rendimentos deve ser recolhido pelo próprio contribuinte, caso ultrapasse o limite mensal de isenção, no mês seguinte ao do recebimento, por meio do programa carnê-leão.

Rendimentos isentos e não tributáveis:

Nesta ficha devem ser declarados todos os rendimentos isentos de Imposto de Renda. Exemplos desses rendimentos: saque do FGTS, recebimento de seguro-desemprego, de restituição de Imposto de Renda, rendimento de caderneta de poupança, doações. A **Receita Federal** obriga a todos os que receberam rendimentos isentos ou não tributáveis acima de R\$ 40 mil a declarar.

Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva:

Aqui devem ser declarados os rendimentos que já foram tributados na fonte e não estão sujeitos à compensação. São eles, por exemplo: rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre capital próprio e participação nos lucros e resultados.

Rendimentos Tributáveis de PJ (Imposto com Exigibilidade Suspensa):

Só deve ser preenchida se houver comprovante de rendimentos recebido pelo titular ou dependente no qual conste indicação de imposto com exigibilidade fornecido pela fonte pagadora.

Rendimentos Recebidos Acumuladamente:

Esta ficha só deve ser preenchida na hipótese do titular ou dependente ter recebido rendimentos tributáveis de pessoa jurídica ou física recebidos acumuladamente, relativamente a anos-calendário

anteriores aos do recebimento.

Imposto Pago/Retido:

Só deve ser preenchida caso o contribuinte tenha pago alguns **impostos** complementares ou feito antecipações de pagamento de imposto. Caso utilize os programas Carnê-leão, por exemplo, o próprio programa consegue importar estes dados e preencher automaticamente esta ficha.

Pagamentos Efetuados:

Aqui devem ser relacionados todos os pagamentos efetuados com pensão alimentícia, aluguéis, educação, despesas médicas.

Doações Efetuadas:

Informe as doações realizadas e também as doações aos fundos de assistência ao idoso e à infância, entre outros.

Bens e Direitos:

Nessa ficha, o contribuinte deve informar todos os seus bens como conta-corrente, casa, carro, aplicações financeiras.

Dívidas e ônus reais:

Só devem ser declaradas as dívidas acima de R\$ 5.000. Financiamentos não devem ser declarados aqui, mas na ficha Bens e Direitos.

Espólio:

Esta ficha deve ser preenchida para identificar o inventariante, caso seja uma declaração de espólio

Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos:

Nesta ficha devem ser relacionadas todas as doações efetuadas a partidos políticos e a candidatos a cargos eletivos em 2020.

O contribuinte pode escolher dois modelos para enviar a declaração: por deduções legais (modelo completo) ou o simplificado, que já corresponde uma dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, limitado a R\$ 16.754,34.

O programa vai informar se é melhor entregar pelo modelo completo (das deduções legais) ou simplificado. A melhor decisão é aquela em que o contribuinte tem mais imposto a restituir ou menos imposto a pagar.

Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/a-7-dias-do-fim-do-prazo-veja-como-declarar-o-ir-2021-em-7-passos-24052021>

Na hipótese abaixo, o contribuinte teria imposto a pagar de R\$ 67,68 caso optasse pelo modelo das deduções legais (também chamado de modelo completo) e restituiria R\$ 4.539,77, caso optasse pelo desconto simplificado. Ou seja, deve optar pelo desconto simplificado para restituir imposto.

Este quadro é muito útil porque indica se estamos esquecendo de informar algum dado ou informando de maneira errada, o que pode levar a declaração a cair na malha fina.

O triângulo vermelho indica erro e impede a gravação e transmissão da declaração.

O triângulo amarelo é um aviso e não impede a entrega.

A declaração deve ser enviada até às 23h59 da próxima segunda-feira (31). O prazo original de entrega era 30 de abril, mas foi prorrogado por causa da pandemia.

Ao finalizar o envio, o programa gera um recibo.

Caso tenha imposto a pagar de valor igual ou superior a R\$ 100 (como na reprodução), poderá parcelar em até 8 vezes desde que cada quota não tenha valor inferior a R\$ 50. Também é possível escolher também o débito automático em uma conta.

O vencimento da primeira parcela do imposto a pagar foi prorrogado para dia 31/05/2021.

Se o resultado da declaração for imposto a restituir, indique também a conta a receber. O cronograma da restituição do IR não sofreu alteração com a prorrogação do prazo de entrega.

Veja calendário das restituições

1.º lote: 31 de maio de 2021

2.º lote: 30 de junho de 2021

3.º lote: 30 de julho de 2021

4.º lote: 31 de agosto de 2021

5.º lote: 30 de setembro de 2021

Tem alguma dúvida sobre economia, dinheiro, direitos e tudo mais que mexe com o seu bolso? Envie suas perguntas para " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail sophiacamargo@r7.com .

Jogamos na defensiva, agora vem a eleição? Vamos para o ataque

Alexa Salomão Bernardo Caram

Com a campanha precoce à Presidência da República, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anuncia a formulação de medidas que buscam melhorar, desde já, o ambiente eleitoral para 2022. O pacote de propostas inclui a criação de um fundo social alimentado por recursos de privatizações e dividendos de estatais.

"O presidente não quer tirar do pobre para dar ao paupérrimo. De acordo. Então, vamos devolver as estatais ao povo brasileiro", diz.

Os próximos meses, diz ele, serão de teste também para o governo não cair no discurso de que adiar reformas garante voto. "Eu acho o contrário", diz. "Vai perder mais voto do que ganhar."

Guedes, porém, admite que a agenda liberal encolheu por circunstâncias políticas até agora. "Liberais sempre foram politicamente inábeis -por isso nunca teve governo liberal no Brasil. O liberal é um ser abstrato", afirma. No entanto, diz ser prestigiado pelo presidente, que já lhe garantiu que não cederá a pressões para desmembrar o superministério que ele criou. "E, se você pergunta se o presidente já comentou isso comigo, já comentou. Está cheio de gente querendo", diz Guedes.

O ministro nega que tenha faltado dinheiro para antecipar compra de vacinas e diz que o socorro a informais e empresas acabou em 31 de dezembro de 2020 porque a segunda onda não estava no radar quando o plano de combate à pandemia foi desenhado.

"Por que o auxílio emergencial só foi renovado depois que a eleição da Câmara foi resolvida? É a política. É culpa dos políticos? Não, ninguém tem culpa. É assim."

Qual o cenário que a equipe econômica traça para este ano? De novo, a democracia brasileira vai surpreender. Quando nós chegamos, a imagem era que a democracia brasileira estava em risco, que não conseguíamos fazer reformas. E eu tinha dito que, depois de 30 anos de centro-esquerda, houve um deslocamento do eixo de poder para a centro-direita, numa aliança de conservadores e liberais, e que isso

se acomodaria.

O centrão acabou vindo para cá, deu sustentação parlamentar. Foi só eleger os presidentes da Câmara e do Senado que veio a aprovação de várias medidas -o Banco Central independente, novo marco fiscal, saneamento, gás natural, Correios, Eletrobras, Lei das Startups, Lei de Falências. Tudo começou a andar, está acelerando o ritmo de reformas.

No primeiro ano, surpreendemos com a reforma da Previdência. No segundo ano [com a pandemia], eu falei: "Nós vamos surpreender o mundo, e o Brasil vai voltar em "V"". Na Inglaterra, a queda [do PIB] foi maior do que 9%, na França foi mais de 7%. O Brasil foi um dos que caíram menos. A recessão de 2015, fabricada aqui dentro, destruiu 1,5 milhão de empregos, e mais 1,4 milhão em 2016. Nós criamos 140 mil empregos formais no ano da pandemia.

Aí vem o terceiro ano, e vamos surpreender de novo. Tudo que a gente fez no ano passado estamos repetindo em doses mais focalizadas. A economia vai voltar a crescer. As reformas estão andando. A reforma administrativa está um empurra-empurra, mas nós vamos seguir. **Reforma tributária**, vamos tentar fatiada. E vamos acelerar as privatizações.

Ministro, mas não tem mais conservador que liberal nessa aliança? O sr. veio com uma agenda de reformas, levou pessoas para o governo, mas perdeu espaço e boa parte dessa equipe. Aliados que sr. levou para Petrobras e Banco do Brasil foram tirados pelo presidente Bolsonaro. Ele tolheu a agenda liberal e tirou poder da Economia? O presidente é um animal político, tem um instinto político enorme. À medida que o tempo passa, ele vai se conscientizando dessas coisas políticas. E os liberais sempre foram politicamente inábeis -por isso nunca teve governo liberal no Brasil. O liberal é um ser abstrato.

Na Petrobras e no BB, o que foram os gatilhos? Na semana da eleição na Câmara, um fala que vai fechar agências para aperfeiçoar a governança de banco. Outro ser abstrato defende o preço internacional do petróleo -e os caminhoneiros ameaçavam fazer greve. Você pergunta se eu estou aborrecido? Evidentemente. Mas o presidente fala: "Vocês não percebem que existe política? Vocês acham que fazem política econômica no vácuo? Isso é falta de

sensibilidade. Vou trocar". E ele fez tudo direitinho, expirou o mandato do presidente da Petrobras, interrompeu. O outro pediu para sair.

Então, é claro que houve uma redução de aderência ao plano liberal. Tanto que eu falei, abertamente, que o grau de adesão do presidente à agenda econômica tinha caído de 99% para 65%. Alguns liberais amigos falam: "Saia, saia". Tem o custo-benefício de ficar. Se saio porque estão pedindo para substituir um presidente de estatal por inabilidade política, será que teria acontecido a independência do BC, a aprovação do marco do gás, Lei de Falências, saneamento, privatização da Eletrobras? Tem seis ou sete ganhos expressivos.

A campanha eleitoral praticamente já começou... Lamentavelmente.

Então, como acreditar que vamos ter avanço de reformas se vai prevalecer a política? Esse é mais um teste importante da democracia brasileira. Se a política paralisar todas as reformas econômicas, é um péssimo sinal. Nós temos base de sustentação parlamentar agora. Então, se paralisar, é um erro nosso. Pode interessar à oposição paralisar o governo.

Interessa à oposição ou ao próprio governo? São contra a reforma administrativa milhares de funcionários públicos. É claro que tem gente dentro do governo que defende esse ponto de vista -a turma que diz "vamos parar a reforma, e a gente vai ganhar voto". Agora, vai parar tudo, vai queimar tudo? Não. Eu acho o contrário. Se você não fizer a reforma, você vai perder muito.

A opinião pública brasileira está madura. Quer a reforma administrativa, como queria a reforma da Previdência, como quer a **reforma tributária**. Se você parar isso para tentar ganhar uma eleição, vai perder mais voto do que ganhar.

Vocês vão tentar associar as reformas a medidas consideradas positivas olhando 2022? Nós jogamos na defesa nos primeiros três anos, controlando despesas. Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque. Vai ter Bolsa Família melhorado, BIP [Bônus de Inclusão Produtiva], o BIQ [Bônus de Incentivo à Qualificação], vai ter uma porção de coisa boa para vocês baterem palma. Tudo certinho, feito com seriedade, sem furar teto, sem confusão.

No BIP, o governo dá um bônus para um jovem pegar um programa de treinamento dentro da empresa, para entrar no sistema produtivo. O governo dá um dinheiro para ele se manter e a empresa também paga um pedaço, que vai chamar BIQ. É um ganha-ganha. Isso não tem encargo, não tem nada. O valor do bônus

pago pelo governo deve ficar entre R\$ 250 e R\$ 300, possivelmente R\$ 300. A ideia é que a empresa entre com um valor equivalente.

Aprendemos duas lições com a pandemia. A primeira: o que protege a população é uma classe política atenta, que trabalha seus orçamentos. Não é a indexação, que é um fóssil do passado de hiperinflação.

A segunda lição: em 40 anos, nunca saiu tanta gente da pobreza [com o auxílio emergencial]. Você quer ajudar o pobre, faz uma transferência direta para ele em vez de criar um aparato estatal.

Não dá para dizer que saiu da pobreza. A desigualdade aumentou na pandemia. Foi uma ação provisória, com custo alto, acima do valor que vocês queriam. Claro, concordo. O Ministério da Economia propôs um auxílio de R\$ 200 para durar mais, levaram para R\$ 500 na Câmara, e o presidente me ligou perguntando se podia ser R\$ 600. O presidente teve a sensibilidade de falar: "Nós criamos o programa e eles estão roubando a autoria". Voltou agora em R\$ 250, descendo, porque isso é um programa emergencial para a doença, não é um programa sustentável.

Então, a segunda lição é que, se você quer reduzir a pobreza, tem que desenhar uma política social. O governo deve fazer um programa forte, robusto e sustentável, dentro do teto.

Como fazer isso se o presidente já barrou esse plano e disse que não vai tirar do pobre para dar a paupérrimo? A focalização dos programas é uma recomendação do Banco Mundial. Vai ter um pouco de cada coisa. Bolsonaro agora percebe que o programa é importante. Ao mesmo tempo, ele insiste em que você não pode tirar do pobre para dar ao paupérrimo. Então, a ideia de só focalizar é difícil. Vamos ter que vir com uma transformação mais profunda.

Qual o caminho? O presidente não quer tirar do pobre para dar ao paupérrimo. De acordo. Então, vamos devolver as estatais ao povo brasileiro. Cada estatal vendida dá ganho de capital para o povo. E se não vender? Pega um pedaço dos dividendos e coloca para eles. Cria um fundo de distribuição de riqueza, capitalismo popular. Isso está formulado e pronto.

O senhor falou muito no centrão. O centro democrático.

Já foi dito que o centrão tem interesse no desmembramento do Ministério da Economia. Como o senhor vai reagir se Bolsonaro aceitar? Eu não trabalho com as versões que não são construtivas. Primeiro, lutaram para não deixar haver a fusão dos

ministérios. Foi uma luta feroz. Essa fusão se revelou decisiva para a velocidade das coisas que estamos fazendo. Depois que juntou, tentaram criar o Ministério da Produção para, justamente, permitir que os lobbies empresariais se reagrupassem em um novo território. O presidente nunca deixou, sempre me prestigiou.

Então, o senhor está dizendo que não quer o desmembramento do ministério? É evidente que não. Isso é decisivo, não pode. E, se você pergunta se o presidente já comentou isso comigo, já comentou. Está cheio de gente querendo. E ele diz: "Você tem meu apoio, Paulo, segue o jogo. Se você estiver cansado, me avisa que eu tiro um pouco de peso do seu caminhão". Ele pergunta: "cansou? Está com coisa demais? O que você quer desafogar? Quer tirar o PPI? A Secretaria de Previdência, que você já fez a reforma?". Aí eu pergunto se ele está sofrendo alguma pressão política e ele diz: "Isso é o tempo inteiro, mas eu não vou tirar, a menos que você peça". Eu recebo essas provas claras de apoio nos momentos decisivos.

No fim de 2020, o governo começou a dizer que o país viraria o ano muito bem, mas não foi o que aconteceu. A pandemia voltou, mas os programas emergenciais ficaram paralisados. A equipe econômica embarcou na ideia de que a Covid era uma gripezinha e menosprezou a pandemia? Não. De jeito nenhum. Ocorre que o Mandetta [Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020] nunca falou em segunda onda, jamais falou em vacina, nunca falou em testagem em massa.

Mas o Mandetta saiu muito antes. O senhor está dizendo que o Ministério da Economia seguiu uma orientação equivocada dada pela Saúde? A política do Mandetta era a seguinte. Vai subir, chegar a um platô, nós temos que impedir que a subida seja vertical, e subir devagar. O Teich [Nelson Teich, no cargo de 17 de abril a 15 de maio de 2020] foi o primeiro a falar em vacina e teste. Pazuello [Eduardo Pazuello, ministro da Saúde de 16 de maio de 2020 a 23 de março de 2021] passou a fazer a logística de entrega.

Não quero me defender à custa de acusar ninguém. Programas desenhados por nós eram para subir, estabilizar e reduzir. Tem vídeo meu falando que a doença estava descendo e a economia voltando em "V", porque é fato -não tenho vergonha do que falei. Todos os programas feitos lá atrás expiravam em 31 de dezembro por desenho.

Ninguém ouviu os especialistas que já previam a segunda onda? Se os especialistas estavam falando isso, por que os governadores desativaram os hospitais? São criminosos e genocidas ou estavam achando que a onda estava indo embora? Se isso é verdade, por que o Congresso brasileiro deixou

acontecer as eleições de outubro?

Mas vocês optaram por não renovar o estado de calamidade e destravar os gastos. Nós não optamos. Nós mandamos o Orçamento em agosto do ano passado, e a política não aprovou. Nós desenhamos os produtos, que acabavam no dia 31 de dezembro. Por que eles não foram renovados? É uma pergunta importante.

O timing de tudo que acontece em Brasília quem dá é a política. Por que o auxílio emergencial só foi renovado depois que a eleição da Câmara foi resolvida? É a política. É culpa dos políticos? Não, ninguém tem culpa. É assim. Tanto que, após a eleição, sentamos com Lira e Pacheco [Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), respectivamente, presidentes da Câmara e do Senado] e conversamos sobre auxílio emergencial e vacina. Houve um vácuo político e jurídico. Estava extinta a PEC de Guerra e não estava aprovado nem o Orçamento nem a PEC Emergencial.

Os ministérios da Economia e da Saúde atribuíram o atraso da entrada do Brasil no Covax Facility e a opção por um número menor de vacinas ao alto custo da adesão ao consórcio. Isso foi discutido com o sr.? Eu nunca participei de uma reunião que alguém dissesse que faltou recurso, ao contrário. Eu só posso falar das reuniões de que eu participei. Nunca ouvi alguém falar que está faltando dinheiro. Era orientação do presidente, dinheiro para a saúde e para os informais.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, está sendo investigado pela Polícia Federal por suposto envolvimento em venda de madeira ilegal de desmatamento. Como a Economia vai explicar essa questão aos investidores, que cobram posicionamento sobre meio ambiente? Sabemos que o futuro é verde e digital. Queremos erradicar qualquer desmatamento ilegal, mineração ilegal, temos a matriz energética mais limpa do mundo e continuaremos a ser o pulmão do mundo. Sabemos que temos que dar mais atenção a esse ponto. A informação que tenho é que o ministro Salles tem se reunido semanalmente com a equipe do [John] Kerry [enviado especial para o clima do governo Joe Biden] de forma a nos alinharmos às melhores práticas de meio ambiente.

Paulo Guedes, 71, ministro da Economia

É mestre e doutor em economia pela Universidade de Chicago (EUA). Nas décadas de 1980 e 1990, lecionou na FGV, na PUC-RJ e no Impa (Instituto de Matemática Pura Aplicada). Foi diretor e professor do Ibmecc. Fundador do Banco Pactual (1983), do Instituto Millenium (2005) e da BR Investimentos, que numa

fusão com outras gestoras deu origem à Bozano Investimentos (2013).

Integrou os conselhos da PDG Realty, Localiza e Anima Educação. Participou da elaboração do plano de governo de Guilherme Afif Domingos na campanha presidencial de 1989 .

O presidente não quer tirar do pobre para dar ao paupérrimo. De acordo. Então, vamos devolver as estatais ao povo brasileiro. Cada estatal vendida dá ganho de capital para o povo.

E se não vender?

Pega um pedaço dos dividendos e coloca para eles.

Cria um fundo de distribuição de riqueza, capitalismo popular. Isso está formulado e pronto

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

37

Mais velhos, mas com perfil arrojado

Jenne Andrade

A 'geração prateada' tem um grande peso no mercado de investimentos.

Segundo dados da B3, até abril deste ano 563 mil investidores com mais de 56 anos estavam na Bolsa, representando pouco mais de 15% do total de CPFs cadastrados. Essa faixa etária, entretanto, é responsável por 54,29% do capital aplicado por pessoas físicas, o equivalente a R\$ 274,1 bilhões.

A importância deste público fica ainda mais evidente em um recorte realizado pela iHUB Investimentos, com clientes de 60 anos ou mais - classificados como 'idosos' pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o levantamento, os investidores mais velhos são, normalmente, qualificados. Isso significa que eles têm R\$ 1 milhão ou mais de patrimônio em aplicações financeiras.

Os 60+ também possuem perfis mais agressivos. Cerca de 61% deles estão dentro da classificação arrojada, ou seja, aceitam correr riscos maiores para obter retornos mais atraentes.

Outros 34,23% têm perfil moderado e apenas 4,25% são conservadores.

No total, foram ouvidos 427 investidores durante todo o ano de 2020.

Pedro Dabela, de 66 anos é um 'novato' na Bolsa, apesar de muito experiente nos negócios.

Ele já esbanja sucesso com a despachante de veículos que fundou há 42 anos. Depois de ter o primeiro contato com o mercado de capitais em meados de 2019, Dabela busca rentabilizar ao máximo o patrimônio acumulado durante toda a vida.

"Meu filho começou a investir primeiro na Bolsa. Depois começou a me mostrar as oportunidades do mercado de investimentos, me falar sobre as companhias que dão resultados, os fundos imobiliários, etc", afirma Dabela. "Como eu estava com dinheiro sobrando, passei a aplicar aos poucos e fui tomando gosto." No início, o empresário perdeu dinheiro com operações de curto prazo, que naturalmente possuem risco mais elevado.

"Aplicava de manhã e quando era de tarde, já sacava.

Percebi que estava perdendo muito e, como tudo na minha vida sempre foi aprendido, agora aplico pensando no longo prazo", explica Dabela, que mora em Manaus.

Ações como Taesa, Fleury, Itaúsa, Vale, Weg, Banco do Brasil e Petrobrás fazem parte da carteira do empresário. Nesses quase três anos de B3, as orientações feitas por profissionais também foram decisivas para o sucesso dele.

Sócio-fundador da iHUB, Paulo Cunha explica que é mito pensar que idosos não se adaptam à tecnologia e que estão presos a hábitos ultrapassados em relação ao dinheiro, como o famoso 'guardar dinheiro embaixo do colchão'. "A classe considerada terceira idade quebrou o tabu de que somente os jovens adultos podem investir na bolsa. Além disso, essa realidade demonstra o quanto a educação financeira é importante durante toda a vida", diz.

Boa parte dos 'investidores prateados' é aposentada (24%) e uma segunda parcela grande é empresária ou autônoma (14%). Administradores correspondem a 6,39% e o restante (55,61%) exerce carreiras variadas: engenheiros, diretores de empresas, funcionários públicos, advogados, entre outras profissões.

Investidoras. No cenário geral de pessoas físicas na Bolsa, as mulheres ainda representam apenas 27,34% dos investidores - a porcentagem mais alta obtida pelas investidoras, considerando todas as idades.

Dentro da faixa dos 56+, utilizada pela B3, esse número sobe um pouco. As contas femininas representam 32% do total.

Já no levantamento da iHUB com os clientes 60+, esse quadro aparece muito mais equilibrado.

Os homens correspondem a 54,79% dos investidores mais idosos, enquanto as mulheres são 45,21% desse público.

Um investidora de 66 anos, que pediu para não ser identificada, ilustra bem esse cenário.

Ela começou a investir na Bolsa de Valores em meio à hiperinflação dos anos 1990 e sentiu na pele as dificuldades de aplicar dinheiro em uma economia totalmente desestabilizada.

Para a investidora, os primeiros contatos com o mercado financeiro também foram mais difíceis. "Investíamos em títulos de inflação, então dependíamos da inflação crescer para ganharmos, o que era uma coisa suicida. Basicamente, quanto pior o País ficasse, melhor para aquele investimento", explica.

"Vi que precisava investir no crescimento do Brasil, investir em ações, ajudar as empresas a se desenvolverem." Há três décadas, ela ainda era uma empresária pequena.

Passou, então, a investir tudo o que sobrava de dinheiro em ações. "Pensava que tinha de fazer isso para o meu futuro. E hoje está muito melhor, não temos mais a inflação descontrolada.

O Brasil era um país em que ninguém acreditava há 15 anos."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incerteza empaca as reformas

Achance de aprovação de reformas econômicas até 2022 passou a ser vista como remota pelo mercado financeiro e por analistas políticos, revertendo o otimismo do início do ano após a mudança no comando do Congresso.

Entre os principais temas em discussão no Legislativo, estão a reforma administrativa, três propostas de **reforma tributária** e a privatização de algumas estatais. Em todos os casos, as mudanças contrariam grupos de interesse organizados, como o funcionalismo, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada.

Pesam também a continuidade da pandemia, o andamento da CPI da Covid no Senado e a falta de espaço no Orçamento de 2021 para incorporar mais demandas parlamentares em troca de apoio ao governo.

Apoio a Guedes Há ainda a falta de apoio do presidente Jair Bolsonaro e de vários ministérios à agenda liberal do ministro Paulo Guedes, o que já levou a uma debandada de vários secretários e assessores da pasta comandada por ele, a Economia. O próprio ministro já disse que não faz mais previsões sobre prazo para aprovação de reformas, após negociações frustradas com o Legislativo.

Nesse cenário, na avaliação de economistas, a política econômica até 2022 deve se concentrar em duas frentes: um Banco Central que terá de lidar com riscos inflacionários e uma normalização do estímulo monetário e um Ministério da Economia na defensiva para manter os gastos públicos sob controle.

Revés na tributária A reforma dos **tributos** sobre o consumo em todos os níveis de governo sofreu um revés nas últimas semanas com a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de anunciar o fim da comissão que analisava uma das propostas.

Ele sinalizou apoio ao projeto do governo que unifica apenas dois **tributos** federais (PIS/Cofins), mas que também enfrenta resistências de alguns setores.

A administrativa sofre resistência tanto de parlamentares de oposição quanto de governistas, que já falam em adiar as discussões para 2023.

Privatizações Em relação às privatizações, o governo

enviou ao Congresso um projeto de lei que quebra o monopólio dos Correios e também editou uma medida provisória que abre caminho para a venda da Eletrobras.

O projeto sobre os Correios ainda precisa do aval da Câmara e do Senado, mas a MP da Eletrobras teve grande avanço na semana passada. Na noite de quarta-feira (19), os deputados aprovaram a medida, que agora está nas mãos dos senadores.

Nos dois primeiros meses após a troca de comando no Congresso, os parlamentares chegaram a aprovar a autonomia do BC, uma versão desidratada da PEC emergencial e o novo marco regulatório do saneamento básico, mas o andamento de novas proposições tornou-se incerto. (Eduardo Cuculo, da Foflhapress).

O QUE ESTÁ NA PAUTA REFORMA ADMINISTRATIVA Apresentada pelo governo em setembro de 2020, a proposta aguarda votação na (Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, um dos primeiros passos na tramitação o.

REFORMA TRIBUTÁRIA As três propostas que estão no Congresso (da Câmara, do Senado e do governo) e unificam **tributos** sobre o consumo estão praticamente paradas desde 2020. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer fatiar a reforma e tratar de outros **tributos**, em linha com Guedes.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS Governo marcou um ponto na semana passada. Na noite de quarta-feira (19), a Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A MP, que precisa ser votada até 22 de junho, segue para o Senado.

MONOPÓLIO DOS CORREIOS Câmara aprovou urgência do projeto que abre a empresa para o capital privado. BNDES prevê privatização em 2022, mas deputados dizem que texto não prevê a venda da estatal.

NOVO MARCO LEGAL DO CÂMBIO Aprovado na Câmara, projeto ainda precisa de aval do Senado.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-5b312a4c28761c463feda5a54c011676.pdf

Presidente defendeu "tratamento precoce" toda semana

Raquel Lopes - Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) usou postagens nas redes sociais para defender a cloroquina e o chamado "tratamento precoce" contra a Covid-19, em média, uma vez por semana desde o início da pandemia.

As ações do governo Bolsonaro em relação aos medicamentos sem eficácia comprovada entraram na mira da CPI da Covid no Senado.

Nas suas contas oficiais do Facebook, Twitter e YouTube, Bolsonaro usou o nome de instituições, médicos e do próprio Ministério da Saúde para defender o uso da cloroquina.

"Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas acaba de publicar Resolução 101 recomendando que o médico possa indicar uso da cloroquina e hidroxiclороquina para pacientes com Covid-19, em casos LEVES, moderados ou graves", retuitou em abril de 2020.

Naquela época, mesmo com estudos em andamento sobre a cloroquina, as entidades médicas pediam cautela e criticavam o presidente por desprezar regras sanitárias.

Bolsonaro passou a publicar todos os passos do governo para conseguir ampliar a oferta de cloroquina. Insumos liberados pela Índia para a fabricação do produto, **impostos** zerados para a importação do remédio, aumento e retomada da produção do medicamento por parte do Exército são alguns exemplos.

"@exercitooficial retoma produção de hidroxiclороquina. Foram mais de 1,25 milhão em menos de um mês. Os insumos provenientes da Índia voltarão a ser fornecidos em junho", postou em junho.

A Folha mostrou que o governo mobilizou pelo menos cinco ministérios, uma estatal, dois conselhos da área econômica, Exército e Aeronáutica para distribuir cloroquina. Bolsonaro defende o uso não só da cloroquina, mas da ivermectina e vitamina D no chamado "tratamento precoce".

"Aos primeiros sintomas procure um médico e inicie o

tratamento precoce. - Não espere sentir falta de ar para tomar essa decisão de PROCURAR UM MÉDICO e iniciar O TRATAMENTO PRECOCE. - O Brasil é um dos países que tem o maior número de recuperados da COVID-19", postou em novembro.

A defesa dos medicamentos sem eficácia transcorreu durante a permanência dos três ex-ministros da Saúde e do atual, Marcelo Queiroga.

No dia em que o ex-ministro da Saúde Nelson Teich pediu demissão, houve uma postagem nas contas oficiais do presidente sobre o tema. A divergência sobre o uso da cloroquina foi considerada a gota d'água para a saída de Teich.

"3,4 milhões de unidade de Hidroxiclороquina enviadas para todo Brasil. Lamentavelmente alguns estados tem recusado tais procedimentos. Desenvolve-se maneiras de maior ampliação na produção e compra do medicamento, hoje utilizado em todo mundo", postou ao pontuar algumas ações do governo.

Bolsonaro defendeu a cloroquina até mesmo em períodos em que o governo deixava de negociar vacina. Como a Folha revelou, de 14 de agosto a 12 de setembro de 2020, foram ao menos dez emails enviados pela Pfizer cobrando resposta formal do governo da oferta de doses.

Nesse período, Bolsonaro postou chamada para uma live em que um dos assuntos seria "a China recomenda o uso da cloroquina".

Foram ao menos 67 postagens diferentes sobre o tema no Facebook, YouTube e Twitter desde 26 de fevereiro de 2020, quando foi notificado o primeiro caso de Covid no Brasil. No levantamento, só foi considerado uma vez o post, mesmo que tenha sido publicado nas três plataformas.

No YouTube, foram contabilizados somente os vídeos que continham nome ou descrição com menção aos medicamentos. No Twitter foram considerados tuítes e retuítes na página oficial do presidente.

O levantamento feito no Facebook e YouTube foi realizado em parceria com o estúdio de análise de dados Novelo Data.

Ao mesmo tempo que defende esses medicamentos, Bolsonaro resiste a se vacinar contra a Covid e não respeita medidas restritivas que podem reduzir a circulação do vírus, causando aglomerações e não usando máscaras.

Esses medicamentos já foram descartados pela comunidade científica e médica para o tratamento da Covid-19 por não demonstrarem capacidade de barrar o coronavírus, prevenir a doença ou tratá-la.

Ao menos sete postagens diferentes, que também foram contabilizadas no levantamento, já foram excluídas das redes oficiais do presidente, sendo cinco do YouTube, duas do Twitter, uma do Facebook e outra do Instagram.

Em vídeo apagado pelas três últimas empresas, ainda em março de 2020, Bolsonaro citava o uso de cloroquina para o tratamento da doença e defendia o fim do isolamento social. No YouTube foram cinco lives sobre o tema.

As postagens são apagadas por gerar desinformação e não condizer com as políticas adotadas por esses canais de comunicação. Eles informaram, em nota, que estão alinhados com as orientações atuais das autoridades de saúde globais.

"A menos que haja contexto educacional, documental, científico ou artístico suficiente, a plataforma passara a remover vídeos que recomendam o uso de ivermectina ou hidroxicloroquina para o tratamento ou prevenção da Co-vid-19, fora dos ensaios clínicos, ou que afirmam que essas substâncias são eficazes e seguras no tratamento ou prevenção da doença", disse o YouTube em nota.

O governo Bolsonaro prepara um decreto-considerado ilegal por especialistas- para limitar a exclusão de conteúdos das redes sociais e engessar decisões dessas empresas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

37

Investigação mobiliza procuradores contra novo Código de Processo Penal

Géssica Brandino - mogi dascruzes(sp)

Paralisada ao longo do último ano, a discussão do novo CPP (Código de Processo Penal) na Câmara tem mobilizado entidades do Ministério Público que discordam do substitutivo apresentado em abril pelo relator, o deputado João Campos (Re-publicanos-GO).

Em uma nota técnica, cinco associações de promotores e procuradores criticam 48 trechos do substitutivo e classificam o texto como "unilateral jusfilosofia garantista", avaliação da qual discordam outros especialistas em direito penal ouvidos pela Folha.

"As necessárias atualizações ao CPP não podem prescindir da observância dos postulados da efetividade dos direitos fundamentais, da tutela das vítimas, do devido processo legal, da vedação ao retrocesso e à proteção deficiente e da observância ao sistema acusatório", diz a nota.

O projeto que modifica a lei de 1941 foi apresentado pelo então senador José Sarney (MDB-AP) em 2009. Aprovada no Senado, a proposta começou a tramitar em 2011 na Câmara e desde 2016 tem sido analisada e debatida por uma comissão especial.

O substitutivo, que ainda está sujeito a alterações, engloba 372 propostas de mudanças na legislação apresentadas por deputados desde 1997. Ao todo, são 827 artigos, 16 a mais do que o atual código.

Entre os trechos que os procuradores e promotores buscam retirar está o dispositivo do artigo 19 que estabelece que o Ministério Público "poderá promover a investigação criminal quando houver fundado risco de ineficácia da elucidação dos fatos pela polícia, em razão de abuso do poder econômico ou político".

O exercício da investigação criminal por procuradores e promotores não está regulamentado em lei até o momento. De acordo com o CPP, a competência é da polícia judiciária, o que não exclui a possibilidade de apuração por outras autoridades.

Em meio à lacuna, o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifestou sobre o tema em 2015, ao julgar um recurso extraordinário com repercussão geral que questionava o poder de investigação do Ministério

Público em Minas Gerais.

Por 7 votos a 3, a corte rejeitou o pedido e firmou a tese de que o Ministério Público pode realizar investigações penais por autoridade própria e por prazo razoável, desde que respeitados os direitos e garantias dos investigados.

O procurador regional da República e ex-presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) Fábio Nóbrega afirma que o substitutivo retrocede ao estabelecer a investigação da instituição como subsidiária.

"A gente defende a investigação ampla sem restrições, como é conhecido pelo Supremo Tribunal Federal, não só por uma questão de constitucionalidade, mas também porque isso permite que o Ministério Público, quando entender conveniente e adequado, faça a investigação", diz.

O procurador afirma que o relator reconheceu que cometeu um equívoco no trecho e que ele prometeu alterá-lo.

Roberto Livianu, o procurador de Justiça e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, compara o substitutivo com a PEC 37, que restringia a tarefa de investigar às polícias. Conhecida como "PEC da Impunidade", a proposta foi rejeitada pela Câmara em 2013.

Livianu afirma que o substitutivo faz parte de uma sequência de movimentos voltados para "construir barreiras visando a impunidade" e proteção de pessoas poderosas, ignorando a decisão do STF e do próprio Congresso Nacional. "É uma aberração. Quem tem que fazer esse juízo de conveniência é o sistema de Justiça. O Ministério Público precisa ter preservado na plenitude o poder de investigação", diz.

Professor de processo penal da Escola do Ministério Público de Santa Catarina, o promotor Diego Barbiero afirma que a sociedade ganha quanto mais instituições estiverem aptas a investigar e que a redação cria um ambiente de incerteza.

"Há talvez o medo sobre a vagueza desses termos, o que pode criar um ambiente de insegurança jurídica e trazer prejuízo à serenidade investigativa, essencial ao

aumento da atividade." Em nota pública, as entidades do Ministério Público e associações que representam policiais federais, militares, peritos criminais e bombeiros afirmam que diante da pandemia não há possibilidade de realizar uma discussão ampla sobre o tema, classificando a apresentação do substitutivo como "inoportuna".

A avaliação é de que o texto "concentra poderem poucas mãos e dificulta o trabalho de policiais e representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, ape nas contribuindo, assim, para aumentara impunidade e ampliar a violência".

Associações de delegados das polícias Federal e Civil reagiram defendendo o texto de Campos, também delegado, e apontando viés corporativista pelo Ministério Público.

Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandar Paiva diz que o texto cria parâmetros de colaboração entre as instituições, que não devem competir entre si.

O delegado afirma ainda que o Ministério Público já está dentro da investigação o tempo inteiro, mas que ao conduzir o processo há risco de direcionamento do processo penal.

Gustavo Mesquita, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, diz que o substitutivo corrige falhas e está em "perfeita consonância com a Constituição". "Da mesma maneira como quem julga não acusa, quem acusa não deve investigar." O mesmo aspecto é defendido pela advogada Daniel-la Meggiolaro, presidente da comissão de direito penal da OAB-SP e vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Ela avalia a investigação pelo Ministério Público como inconstitucional.

"Não obstante a decisão do Supremo autorizando isso, nós entendemos que a possibilidade do Ministério Público investigar fere um dos princípios fundamentais do processo, que é a paridade de armas", diz.

Especialistas em direito ressaltam que o papel investigativo do Ministério Público foi construído ao longo do tempo por meio da jurisprudência e sem limites legais. A avaliação é de que o substitutivo não extrapola ao regulamentar essa atuação.

"Ao contrário de limitar, o que o Código de Processo Penal vem fazer agora é regulamentar algo que teve início por meio de uma decisão judicial", diz o advogado criminalista Rafael Serra Oliveira, diretor do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). "O Supremo falou que a investigação feita pelo Ministério

Público é excepcional. A regra, portanto, é a investigação feita pela polícia. Sendo excepcional, ela precisa observar os mesmos limites **impostos** à polícia", acrescenta Helena Lobo, professora de direito penal da Faculdade de Direito da USP "Não se trata aqui de quem tem razão, Ministério Público ou delegados. É uma questão de sistema. É preciso haver limites estabelecidos na lei, claramente." Raquel Scalcon, professora da FGV, afirma que não discorda da ideia de uma investigação complementar, mas que a redação do substitutivo precisa melhorar.

"Não se trata aqui de quem tem razão, Ministério Público ou delegados. É uma questão de sistema. É preciso haver limites estabelecidos na lei, claramente" Raquel Scalcon professora de direito penal da FGV

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49537>

Cuide de seus investimentos (2)

Marcia Dessen *Planejadora financeira CFP®Certified Financial Planner*), autora de "*Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro*"

Comprar é apenas o primeiro passo, gerir os investimentos é uma tarefa permanente

Investir é trabalhoso, exige muito estudo e pesquisa para localizar as melhores alternativas de aplicação. Tudo começa com as perguntas que devemos fazer a nós mesmos antes de investir:

1. Como funciona o investimento? Tenho compreensão suficiente para explicar a outra pessoa?
2. Quais são meus objetivos? Busco segurança, renda ou crescimento de capital? Ou ambos, renda e crescimento?
3. Quais são os riscos? Estou confortável em assumir esses riscos?
4. Quanto espero ganhar? É uma expectativa realista?
5. Por quanto tempo planejo investir? É uma aplicação de curto, médio ou longo prazo?
6. Quais são os custos para comprar, manter e vender esse ativo? Que **impostos** pagarei sobre os rendimentos?
7. Como esse investimento se encaixa com os outros que tenho?

Depois de cuidadosa análise das informações, ouvindo a opinião de especialistas e assessores, tomamos a decisão de investir e assinamos a compra. Será que depois de optarmos pela compra de determinado ativo a missão está cumprida?

Certamente não, comprar é apenas o primeiro passo. É necessário monitorar o desempenho do investimento, avaliar o impacto de possíveis mudanças no cenário político-econômico, analisar a necessidade de ajustar a posição e, não raramente, concluir pela necessidade de mudar, buscar uma alternativa mais adequada para um novo contexto.

Mesmo quando existe um gestor profissional envolvido, tomando as complexas e frequentes decisões, o investidor deve estar atento para avaliar se a gestão é competente e se a relação risco-retorno dos investimentos é adequada.

Com base na minha própria experiência, um dos principais aspectos na gestão dos investimentos se refere à tomada de decisão (ou falta dela) em relação ao momento de vender um ativo, seja porque o desempenho está ruim, abaixo do retorno esperado em razão do nível de risco, seja para realizar ganhos, colocar o lucro no bolso, quando o desempenho surpreende positivamente.

Outra boa reflexão é sobre o rebalanceamento da carteira e tem a ver com o aspecto anterior. Quando montamos uma carteira para determinado perfil de risco e objetivo de investimento, a alocação, nas diversas classes de ativos, segue uma alocação com faixas percentuais definidas.

O desempenho ao longo do tempo, positivo ou negativo, provocará o desenquadramento da carteira. Uma valorização surpreendente em ações, por exemplo, aumentará o percentual da carteira nessa classe de ativos. Se o gestor (ou investidor) for disciplinado, tomará a decisão de vender parte dos ativos para colocar a carteira de volta nos percentuais definidos, o que significa dizer que o lucro será realizado, dinheiro no bolso.

O inverso é verdade. Se uma desvalorização acontece, uma carteira que tinha 20% em determinado ativo, por exemplo, passará a ter 10% (por hipótese). Se a decisão for a de manter o percentual definido inicialmente e para acelerar a recuperação das perdas, o gestor ou investidor deverá aumentar a posição utilizando novos recursos ou vendendo parte das posições ganhadoras.

Pergunte a si mesmo ou ao gestor que você contrata qual a política em relação ao balanceamento da carteira, qual a disciplina em relação ao tema, com que frequência é feito.

Comprar é muito mais fácil do que vender. A decisão de não fazer nada é tão importante quanto a de comprar e a de vender, e deve ser uma decisão deliberada como as outras, não pode ser fruto de falta de gestão.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>
37

Pazuello pode retornar à CPI para nova sabatina

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) protocolou um requerimento no Senado nesta sexta-feira (21) pedindo nova convocação do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na CPI da Covid. Segundo o senador, a sabatina do ex-ministro foi marcada por "diversas contradições".

Além do requerimento, Alessandro também solicitou à presidência da República acesso às atas e listas de presenças das reuniões citadas por Pazuello em depoimento essa semana. Entre elas, a da reunião do presidente Jair Bolsonaro com Osmar Terra, ex-ministro da Cidadania em 13 de janeiro e a descrição da visita técnica ao Ministério da Saúde, em 5 de janeiro.

Zona Franca A bancada do Amazonas no Congresso reagiu à provocação do presidente Jair Bolsonaro, que durante transmissão ao vivo na noite de quinta-feira (20), questionou o que seria de Manaus sem a Zona Franca.

O comentário foi dirigido ao presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), e ao senador Eduardo Braga (MDB- -AM), também integrante da comissão.

"Imagine Manaus sem a Zona Franca, hein, senador Aziz. Você que fala tanto na CPI, senador Eduardo Braga, imagine aí o estado, ou Manaus, sem a Zona Franca", afirmou Bolsonaro. Pelas redes sociais, Aziz disse que a Zona Franca tem um importante papel na economia, não apenas do Amazonas, mas do Brasil.

Ele classificou a declaração de Bolsonaro como uma ameaça à região.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL- -AM), também criticou o presidente e disse preferir imaginar a Zona Franca sem o ministro Paulo Guedes. "Quando o presidente ameaça a ZFM, ele não ameaça os senadores Omar e Braga, ele ameaça o emprego de milhares de amazonenses, os negócios das empresas que investem em Manaus, a receita de **impostos** estaduais que pagam saúde e educação", apontou.

Bolsonaro volta a criticar preços dos combustíveis

SÃO PAULO - Uma notícia positiva e uma declaração não exatamente nova e que já teve anteriormente impactos negativos sobre as ações da Petrobras devem nortear o desempenho dos ativos na sessão desta sexta-feira (21). Na noite da última quinta-feira, a estatal informou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS-Cofins é o destacado em nota fiscal gerará um impacto positivo de R\$ 4,4 bilhões no balanço do segundo trimestre da companhia. O impacto informado pela estatal decorre da "melhor estimativa dos valores a serem recuperados para as competências compreendidas entre o período de outubro de 2001 a junho de 2020", e se refere à cifra antes dos efeitos fiscais.

Em fato relevante, a petroleira acrescentou que sua expectativa é de aproveitar o crédito nos próximos meses, mediante a compensação de **tributos** federais.

O Bradesco BBI apontou que essa compensação de **impostos** pode incrementar em US\$ 830 milhões o fluxo de caixa da empresa, ajudando-a em seu processo de atingir sua meta de dívida bruta de US\$ 60 bilhões, que aciona a nova política de dividendos. Esses R\$ 4,4 bilhões se somarão aos R\$ 16,9 bilhões em **impostos** já recuperados pela Petrobras.

Na mesma noite, durante sua live semanal nas redes sociais, Jair Bolsonaro voltou a falar sobre mudanças nos preços dos combustíveis da Petrobras e a mencionar a "função social" da estatal; contudo, ao mesmo tempo, disse que não vai interferir na companhia.

Não é a primeira vez que o presidente faz declarações nesses termos, ainda que sempre impactando os ativos. Bolsonaro elogiou Joaquim Silva e Luna, novo presidente da estatal, e apontou que, na gestão dele, a petroleira não buscará apenas o lucro, mas também "a parte social".

"A Petrobras vai visar o lucro sim, mas também vai ver a parte social. Tem certos preços que não têm cabimento continuar. E não é na canetada não, fiquem tranquilos. Ninguém está pensando em fazer isso.

Aqui é respeitando a lei de mercado", afirmou. Cabe ressaltar que, nas últimas semanas (e principalmente após a divulgação dos resultados do primeiro trimestre

de 2021, em 13 de maio), alguns bancos elevaram a recomendação para as ações da Petrobras, destacando as mensagens positivas da gestão da companhia, dentre elas, de que a empresa seguiria buscando a paridade de preços dos seus combustíveis em relação ao mercado internacional - ainda que esse continue sendo um ponto de atenção para os analistas.

Durante a teleconferência de resultados do primeiro trimestre, Cláudio Mastella, diretor de Comercialização e Logística da empresa, afirmou que a análise desse acompanhamento permanecerá sendo feita anualmente, mas, ao longo do ano a empresa deve revisar os valores, conforme as oportunidades momentâneas de ganhos de margem.

Veja como proteger seus investimentos da alta esperada de inflação nos EUA e no Brasil

A crescente alta nos preços no Brasil e nos Estados Unidos representa mais um desafio para investidores. Além de fomentar o debate sobre mudanças em políticas monetárias, que podem impactar os ativos, ela dificulta a obtenção de retornos acima da inflação nos investimentos tradicionais.

O sinal de alerta nos EUA veio com os dados dos preços ao consumidor americano em abril, que subiram 4,2% ante o mesmo mês de 2020, um aumento superior ao antecipado por economistas e a maior alta registrada em quase 12 anos.

O salto deixou o mercado receoso com uma possível alta de juros antes do planejado pelo Fed (banco central americano) e com a possível redução de injeção de liquidez da autoridade. Atualmente, são comprados mensalmente US\$ 200 bilhões em ativos, o que estimula os mercados de capitais junto ao juro próximo de zero.

Apesar da inflação mais forte, o Fed sinalizou que pretende continuar com a sua política atual até que o emprego volte a patamares pré-pandemia nos Estados Unidos. A previsão do banco é de estabilidade nos juros até 2023. O mercado, porém, já precifica taxas maiores a partir de 2022.

O cenário pode se modificar mais rápido diante dos pacotes de estímulo do presidente Joe Biden, dos gargalos no abastecimento e da demanda elevada gerada pelo avanço rápido da vacinação nos EUA contra o coronavírus. Somados, esses fatores podem levar a uma disparada maior nos preços e uma recuperação mais rápida dos empregos.

Para Dan Kawa, da TAG Investimentos, há sinais de que o Fed se prepara para um ajuste em sua política monetária, após ata da última reunião do banco, divulgada na quarta (19), apontar que alguns membros estavam dispostos a debater uma mudança.

"Não resta dúvida de que estamos caminhando para um novo estágio do ciclo econômico, onde o crescimento ainda mostra sinais de recuperação, mas a inflação começa a amedrontar", diz.

Por enquanto, com a inflação americana e juro próximo de zero, o dólar se enfraquece globalmente, já que vai perdendo o seu poder de compra.

Como o Brasil está em um momento de alta de juros, com previsão de que a Selic, hoje em 3,5% ao ano, vá para 5,50% segundo a última pesquisa Focus do Banco Central, o real deve se fortalecer ante o dólar.

A queda do dólar ante o real neste momento acontece pelo carry trade, prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e do juros. Nela, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juros menor em um país, no caso, os Estados Unidos, para aplicá-lo em outro, com outra moeda, onde o juro é maior, como o Brasil.

Caso o juro nos EUA suba, a prática fica menos atrativa. Além disso, quem investe em países emergentes deve retornar seus recursos aos títulos públicos estadunidenses, considerados os investimentos de menor risco no mundo, já que a sua rentabilidade aumentará.

Dessa forma, aconteceria uma saída de dólares do Brasil, o que elevaria a taxa de câmbio.

Para Luciano Ribeiro Sobral, economista-chefe da Neo, não estamos perto deste cenário. "Agora, é bom apostar no real", diz.

"O investidor deve se informar e acompanhar qual será a dinâmica", aconselha Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Segundo ele, no momento, uma boa aposta é a alocação no exterior, especialmente via fundos que tenham exposição à zona do euro, que deve ter uma retomada mais forte nos próximos meses, à medida que a vacinação avança, de modo semelhante ao que os EUA vivem hoje

"Mesmo que os juros subam, o investidor não abandonar completamente as ações, e sim reavaliar os setores nos quais investe, apostando naqueles que ainda vão se recuperar, como varejo de rua e

restaurantes", diz Cruz.

Ele ressalta, contudo, que mesmo com a reabertura e a vacinação, alguns setores não devem se recuperar tão rapidamente, como educação, turismo e entretenimento, e empresas podem quebrar.

Por outro lado, à medida que os juros sobem no Brasil, a renda fixa fica mais atrativa.

No momento, com a Selic a 3,5%, apenas a poupança antiga (depósitos antes de maio de 2012) ganha do aumento dos preços este ano, de acordo com levantamento do buscador de investimentos Yubb, que considera a média de rentabilidade dos produtos de renda fixa no mercado.

Como a alta do dólar é uma das principais razões da **inflação** local, ao ter produtos atrelados à moeda americana o investidor tem uma proteção indireta contra o aumento de preços.

Para isso, especialistas recomendam fundos cambiais e contratos de dólar, que podem ser adquiridos por meio da corretora, como um ativo de segurança na carteira.

"Se possível, o investidor deve ter parte da poupança em moeda estrangeira, comprando ativos no exterior, porque o Brasil é um país instável e não sabemos o que vai acontecer nos próximos anos, especialmente com a eleição em 2022", afirma Sobral, da Neo.

Produtos atrelados ao IPCA, índice oficial de **inflação** do país, também são outra forma de se proteger do aumento de preços.

Para ampliar os ganhos a dica é diversificar, tanto em produtos de renda fixa como naqueles de renda variável, e pensar no longo prazo.

Antes de investir, contudo, é preciso lembrar da reserva de emergência para gastos fixos, como aluguel e conta de luz, alocados em um produto de renda fixa com liquidez diária (que pode ser sacado a qualquer momento). Recomenda-se guardar o equivalente a gastos de seis meses a um ano. O Tesouro Selic e produtos atrelados ao CDI, como CDBs, são boas opções para isso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

37

Há gente que quer só comida (2)

LUÍS EDUARDO ASSIS

O Brasil não conhece o Brasil.

É comum nos atribuímos, generosamente, atributos e qualidades que se contradizem com os fatos. Há quem, com saudades das aulas de geografia, se orgulhe puerilmente, por exemplo, da extensão de nosso litoral. Mas a costa brasileira é menor que a da Itália ou do Reino Unido e muito, muito menor que a costa do Canadá (a maior do mundo, mais de 25 vezes mais extensa que a costa do Brasil). Também há quem pense que somos ricos.

Não é bem assim. Pelos dados do Banco Mundial, o **PIB** per capita brasileiro, ajustado pela paridade do poder de compra e medido em dólares correntes, era o 89.º do mundo em 2019, logo abaixo do Gabão e 14% abaixo da média mundial. Também faz parte do nosso autoengano coletivo a crença de que podemos até não ser ricos, mas somos generosos.

Menos, menos. A Charities Aid Foundation (CAF) publica um ranking que classifica 143 países de acordo com a generosidade de seus cidadãos a partir de pesquisas primárias do Gallup. No agregado dos últimos dez anos dessa pesquisa, o Brasil ocupa a 74.ª posição. Não, a caridade não é uma de nossas qualidades.

A generosidade pode complementar ações de políticas públicas, mas não as substitui. E aqui temos muito com o que nos preocupar. É na inação do Estado que reside o problema.

Em 2014, o Brasil foi retirado do Mapa da Fome, uma lista preparada pela ONU com países onde mais de 5% da população ingere menos calorias que o recomendável. A Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, detectou que a insegurança alimentar já tinha piorado bastante em 2017/2018. O governo Bolsonaro logo deixou claro seu desprezo pela segurança alimentar. Já no primeiro dia de mandato extinguiu o Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de aconselhamento ligado diretamente à Presidência da República. A pandemia agravou o quadro. A pesquisa Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil, publicada em 2021 por Eryka Galindo e outros pesquisadores ligados à Universidade Livre de Berlim, identificou que quase 60% dos domicílios entrevistados apresentavam algum grau de insegurança alimentar.

Nada menos que 15,8% dos pesquisados declararam que, nos três meses anteriores, passaram fome pelo menos uma vez porque não havia dinheiro para comprar comida.

Não há por que esperar alguma melhoria em 2021. Não só o auxílio emergencial minguou como a taxa de desemprego supera 14% e o salário mínimo, quando deflacionado pelo custo da alimentação no domicílio, caiu 8,5% entre abril de 2020 e abril de 2021.

Tolice esperar algum plano de ação do governo federal. Não há preocupação, não há diagnóstico, não há sequer iniciativas equivocadas.

A fome grassa e poderá ser o flagelo de um contingente cada vez maior de brasileiros. A ação pública ignora o que lemos todos os dias nos cartazes de papelão que são mostrados nos semáforos das principais cidades.

A historiadora Margaret Mead disse certa vez que o marco inicial da civilização humana se deu há 15 mil anos. Essa é a data estimada de um fêmur fraturado achado em um sítio arqueológico. Esse osso quebrado estava consolidado, o que só foi possível porque aquele ser humano foi cuidado e protegido por outras pessoas. Ele não sobreviveria o tempo necessário para a fratura se regenerar sem ajuda. É a solidariedade que marca a nossa civilização e nos diferencia de outros animais. A falta dela nos conduz à barbárie. A ausência de um plano concreto para enfrentar a fome nos apequena e representa um retrocesso civilizatório.

A gente não quer só comida, diziam os Titãs. Mas no Brasil de hoje, graças à incúria do governo federal, há gente que só quer comida. Aqui chegamos.

Governo federal não tem iniciativas para reduzir o flagelo da fome, nem sequer iniciativas equivocadas

ECONOMISTA, FOI DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E FGVSP.

E-MAIL : LUISEDUARDOASSIS@ GMAIL.COM

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar deve continuar em R\$ 5,30, dizem especialistas

Em 2021, o dólar opera como uma monta-russa, respondendo de forma rápida à instabilidade política e à vulnerabilidade do País diante da segunda onda da Covid-19. Em janeiro, a moeda chegou a ser cotada a R\$ 5,50. Em maio, caiu para R\$ 5,22.

Tamanho oscilação do dólar criou "pontas de iceberg" no gráfico da cotação entre o final de fevereiro e o final de abril - quando a moeda registrou seu pico e bateu R\$ 5,79, em 9 de março.

Economistas afirmam que a divisa deve permanecer no patamar de R\$ 5,30 no segundo semestre.

Entre os fatores que seguram o dólar neste nível estão a instabilidade política do país - incluindo a CPI da Covid -, a lentidão na vacinação e a inflação nos EUA.

A instabilidade política do País mantém a economia brasileira fragilizada e o real sob constante pressão. Em maio, ganharam evidência a CPI da Covid e as investigações envolvendo o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

"A CPI virou uma grande arena de disputa política e, se essa discussão se inflamar, cria-se um grande risco", explicou André Perfeito, economista.

Confira quem consegue entrar na ação do FGTS pelo sindicato

Os trabalhadores que pensam em se filiar aos seus sindicatos para entrar na ação coletiva que discute o aumento da correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) devem estudar muito bem o que vão fazer. Entre os motivos está o fato de que nem todos os sindicatos aceitam novos inscritos em suas ações já ajuizadas.

Além disso, o julgamento do tema foi adiado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090/2014 pede a substituição da fórmula atual de correção monetária do FGTS, que utiliza a TR (Taxa Referencial) mais juros de 3% ao ano, por um índice que reflita a **inflação**.

O Agora consultou sindicatos de aposentados, bancários, comerciários e metalúrgicos.

Todos eles têm ações coletivas do FGTS ajuizadas, mas nem todos aceitam novos associados para aderir a ação. Este é o caso do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

Há três que estão aceitando e permitindo que novos filiados possam aderir à ação, caso queiram, como o SECCSP (Sindicato dos Comerciários de São Paulo), Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) e o Sindicato dos Metalúrgicos de SP e Mogi das Cruzes. Veja mais ao lado.

Para o advogado Rômulo Saraiva, o trabalhador que quer se filiar a um sindicato exclusivamente por causa da ação do FGTS tem que pensar bem. "Eu acredito que o STF não vai aceitar [a mudança do índice] porque é uma decisão de grande impacto financeiro em um ano de gastos e dificuldade financeira", diz.

"Além disso, quando o STF julga positivamente, ele deve modular a decisão. Ele pode decidir que beneficie apenas pessoas que estiveram desde o início na ação, ou que entraram até a data do julgamento", completa.

Em nota, as centrais sindicais dizem que a sindicalização por causa da ação é uma mobilização justa.

Trabalhador deve avaliar qual tipo ideal de processo

Apesar de ter ressalvas com a filiação a sindicatos

apenas para entrar na ação coletiva neste momento, Rômulo Saraiva diz que a ação coletiva é mais vantajosa do que a individual.

"O trabalhador deve entrar sabendo que, na ação coletiva, é mais difícil o Judiciário cobrar custas em nome da pessoa, costuma ir direto para o sindicato. A pessoa tem uma proteção de não pagar custas processuais ou honorários advocatícios", completa ele.

O deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade), responsável por entrar com a ação no Supremo, diz que tem mantido conversas com o ministro Luís Roberto Barroso, relator da medida, para que o julgamento ocorra o quanto antes.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Brasil é 7º em Gastos com Funcionários Públicos - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

ECIO COSTA

Em uma relação de 74 países, o Brasil está em 7º colocado na relação gastos com funcionários públicos, levando em consideração o **PIB** de 2019. No levantamento feito pelo Tesouro Nacional, o Brasil com 12,9% do **PIB**, fica atrás apenas de Arábia Saudita (17,1%), África do Sul (15,2%), Dinamarca (15,1%), Noruega (14,9%), Islândia (14,4%) e Samoa (13,1%).

Países como Alemanha (7,6%), Estados Unidos (8,7%), Reino Unido (9,0%) e Japão (5,2%) têm uma relação muito mais baixa, são considerados países ricos, desenvolvidos e apresentam um serviço público muito mais eficiente. Nossos pares, nações emergentes, como Chile (7,1%), Peru (6,8%), Rússia (9,4%) e Colômbia (5,7%), também não se encontram nesse mesmo nível de gasto.

A situação tem se agravado. Os gastos com pessoal mais do que dobraram no período de 1997 a 2020, chegando ao valor de R\$ 338,6 Bilhões. Estes valores estão tornando o Estado brasileiro cada vez mais inviável. O teto do salário público de R\$ 39,2 Mil é constantemente ultrapassado através de artimanhas que trazem penduricalhos aos salários, fazendo com que se tornem super salários. Ao se comparar a média do que se paga aos funcionários públicos versus o setor privado, estes valores chegam a ser 96% acima do que se paga na mesma função no setor privado.

A Reforma Administrativa pode ajudar a atenuar esse problema, mas encontra-se tramitando a passos muito lentos no Congresso.

As forças contrárias conseguem trazer muita dificuldade para que se aproveite esta e outras medidas que diminuem e tornam o setor público mais eficiente. O pior é que se ao menos a qualidade do serviço público no Brasil fosse condizente com o tamanho do gasto, mas não é o que se vê no dia a dia.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2021/05/receita-libera-primeiro-lote-do-ir-para-consulta.html>

FGTS: limitação trava nova rodada de saques

FOLHAPRESS

Avaliada pelo governo e defendida por congressistas, a nova rodada de saque emergencial do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) pelos trabalhadores está travada e sem perspectiva. A medida era parte do protocolo da equipe econômica para injetar recursos na economia e impulsionar a retomada da atividade.

Conselheiros do FGTS que representam empresários e o governo se posicionaram contra a liberação. O argumento é que uma ação desse tipo pode comprometer a sustentabilidade do fundo, que, segundo eles, sofre com limitações. Entre outras funções, os recursos das contas do FGTS são usados em financiamentos habitacionais e obras de saneamento e infraestrutura.

Membros da equipe econômica afirmam que a recuperação da atividade ocorre em ritmo mais acelerado do que o previsto. Por isso, a avaliação é que seria prudente aguardar a recapitalização do fundo e depois medir a necessidade de um novo programa de saques. Em 2020, o recuo na economia, o adiamento de vencimentos do FGTS para empregadores e uma nova rodada de saques impactaram o fundo. Há ainda preocupação com o julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que pode mudar a correção das contas e gerar passivos.

Na reunião deste mês do conselho curador do FGTS, responsável pelas diretrizes do fundo, o secretário-executivo do colegiado, Gustavo Tillmann, demonstrou preocupação com mais liberações de saques. "Estamos tentando contornar eventuais medidas adicionais voltadas à pandemia que podem fragilizar o fundo e sua sustentabilidade. Ano passado foi um ano de bastante estresse para o fundo", afirmou.

BAQUE

Tillmann, que é diretor da área do FGTS no Ministério da Economia, diz que 2020 foi ano de tensão e perdas para o fundo. "A gente precisa dar tempo para o fundo se recuperar. A capacidade de ele oferecer ajuda depende de quanto ele se recupera, o baque ano passado foi muito forte."

No pacote de enfrentamento da crise sanitária em 2020, o governo permitiu que cada trabalhador pudesse retirar até R\$ 1.045 de suas contas. Segundo a Caixa Econômica Federal, que faz a gestão do

fundo, o volume total sacado no ano passado foi de R\$ 24,2 bilhões -de um total de R\$ 37,8 bilhões que haviam sido disponibilizados. O montante de 2020 foi menor do que o valor sacado em 2017, de R\$ 44 bilhões, quando o governo do então presidente Michel **Temer** (MDB) autorizou retiradas de contas inativas.

Na reunião do conselho curador, o conselheiro Abelardo Diaz, representante da CNC (Confederação Nacional do Comércio), afirmou que o fundo perdeu robustez, motivado por uma economia fraca, desemprego e liberação de saques. "Eu queria chamar a atenção das autoridades de que o fundo não suporta mais projetos de lei para saque, está no limite da sua capacidade", afirmou.

Fundo teve perda líquida de R\$ 34 bilhões

O mais recente demonstrativo de resultados do FGTS disponível, de 2019, mostra que o fundo teve perda líquida de R\$ 34 bilhões após anos no azul. O balanço de 2020 ainda não foi divulgado, mas números preliminares mostram que a diferença entre depósitos e saques no ano passado também ficou no campo negativo, com perda de R\$ 2,1 bilhões. Em outra frente que pode gerar perda ao fundo, uma ação no STF questiona a correção dos valores das contas do FGTS por meio da TR (taxa referencial), que é mais baixa do que os índices de **inflação**.

O julgamento do caso chegou a ser pautado para este mês, mas acabou adiado, sem nova data definida. O FGTS, criado para proteger o trabalhador em caso de demissão sem justa causa e para forçar uma reserva financeira para a aposentadoria, recebe recursos pagos pelas empresas. Os depósitos são em nome do empregado e equivalem a 8% do salário.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1754#book/28>

Covid não valida furar teto, dizem criadores da regra

FOLHAPRESS

Mais de quatro anos depois da adoção do teto de gastos, e no meio da pandemia, os criadores da ideia veem riscos de enfraquecimento da regra e têm a avaliação de que as ações necessárias para responder ao avanço da Covid-19 podem ser usadas cada vez mais como um subterfúgio para isso.

Inserida na Constituição em dezembro de 2016, a regra diz que o gasto máximo do governo corresponde ao Orçamento do ano anterior corrigido pela **inflação**. Os gastos podem ser ampliados de acordo com o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado em 12 meses, pelo índice de junho de cada ano. "A regra gerou um aumento de confiança", lembra o ministro da Fazenda à época, Henrique Meirelles. Ele atribui à medida a retomada de confiança antes da pandemia.

A origem do teto de gastos tem um paralelo com a mudança de governo, em 2016, a partir do impeachment da então presidente Dilma Rousseff e da substituição da petista pelo seu vice, Michel **Temer** (MDB). O pano de fúndo era uma crise gerada pela perda da âncora fiscal. Hoje, o ex-ministro se preocupa com a sobrevivência da regra. Para ele, caso não seja feita uma articulação firme entre a equipe econômica e o Congresso, os riscos de violação do teto com despesas extras aumentarão. "A tentação de o governo manejar a economia no princípio do 'me engana que eu gosto' é grande. Com o prolongamento da pandemia, podem surgir mais subterfúgios."

Marcos Mendes, pesquisador do Insper e ex-assessor do Ministério da Fazenda, é um dos mais conhecidos defensores do teto de gastos, que ele ajudou a criar. Ele também teme que as tentativas de contornar a regra causem um desgaste progressivo do teto.

Um exemplo: no fim de abril, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou um projeto que retirou da meta fiscal o Pronampe (de crédito às empresas) e o programa de corte de jornadas e salários, além de facilitar verbas de ministérios. "Se esse tipo de dribble se tornar normal, ninguém mais irá prestar atenção quando tocar o alarme de aumento das despesas, e a regra perderá a funcionalidade", diz o pesquisador.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1754#book/28>

"Não podemos ignorar a desigualdade" - EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS

Acostumado aos embates e debates da vida pública, o político mais longevo do país, José Sarney, 91 anos, fez alguns pactos consigo mesmo: não dar palpite no governo de sucessores e não revelar conversas entre ex-presidentes, como a que teve recentemente com Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda assim, não se furta a analisar o país à luz da pandemia. Sabe que a sobrevivência da espécie humana só será possível com uma convivência mais harmoniosa e equilibrada com a natureza. Que a pandemia trouxe a certeza de que a humanidade não suporta a imensa desigualdade entre os que têm quase nada e os que têm quase tudo. "Não podemos aceitar que pessoas passem fome, sejam vítimas de violência, sofram discriminações terríveis enquanto uns poucos não saibam o que fazer com o que têm, vivam num niilismo e num luxo desenfreado", reflete, nesta entrevista à coluna.

Na companhia dos livros, Sarney vive o isolamento em Brasília, cidade que ele considera hoje uma das mais confortáveis do mundo para se viver. "Fui um dos primeiros parlamentares a mudar-me para Brasília e, desde então, fora os anos em que governei o Maranhão, aqui vivo. Fora o primeiro momento - em que saímos das nuvens vermelhas da poeira das obras para o verde das superquadras - , o que vi foi a cidade se transformar numa das grandes cidades brasileiras", diz.

Sobre o Brasil, entre tantos desafios, aponta alguns urgentes: "Pensar na imensidão do número de vítimas é uma dor que revolta e sufoca. Então temos que bater em duas teclas: ajuda à sobrevivência, a superação da fome e do desespero; e emprego, emprego e emprego". Sarney vê caminho promissor numa **reforma política** que tenda ao parlamentarismo.

Aposta na ciência como o fio condutor de qualquer governo neste momento e vê na coletividade o caminho para sair da crise. "A pandemia nos torna a todos vulneráveis, sem discriminar fortuna, poder, cor. Ao mesmo tempo, ela só tem uma maneira efetiva de ser combatida, que é a solidariedade."

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade? A pandemia nos torna a

todos vulneráveis, sem discriminar fortuna, poder, cor. Ao mesmo tempo, ela só tem uma maneira efetiva de ser combatida, que é a solidariedade. Precisamos todos agir com o pensamento na coletividade, seja ao tomar as medidas e precauções de isolamento, distanciamento, uso de máscaras, higiene etc., seja inclusive na vacinação, que só faz realmente efeito se atingir a todos. Ao igualar os homens, traz a todos os grandes valores da sociedade ocidental, inspirados no cristianismo - por mais agressivas contra a Igreja que tenham sido a Revolução Francesa, a Revolução de 1917, no fundo, tanto os homens do terror quanto os marxistas tinham como inspiração a igualdade e a fraternidade, que são expressões do amor ao próximo. A pandemia nos mostra também a futilidade da acumulação de supérfluos, a precariedade do individualismo, o risco de desafiarmos a natureza, e tudo isso deve nos fazer dar mais importância ao que (o papa) Paulo VI exprimiu como "ser mais, em vez de ter mais".

É possível ter um olhar poético diante deste momento difícil? A poesia tem em seus fundamentos a narrativa dos grandes desafios, como foi o caso da Ilíada ou da Eneida. Dante foi buscar Virgílio para fazer a travessia do Inferno para o Paraíso, na Divina Comédia. Então um tema poético é o trágico, o impacto do inevitável. Mas, ao mesmo tempo, a pandemia nos faz ter uma vida mais introspectiva, mais voltada para as relações pessoais, e pode ser assim uma grande fonte de lirismo.

O que mudou na sua rotina neste ano de pandemia? Eu passei uma parte importante da minha vida, dedicada à política, interagindo com outras pessoas, em encontros pessoais ou reuniões de grupos, fosse no Parlamento, fosse no Executivo. Mesmo depois que deixei a política, minha rotina sempre foi passar parte do dia em meu escritório, recebendo pessoas - e tratando de uma grande variedade de assuntos. Com a pandemia, passo a maior parte do meu tempo em casa, com a família e com esse grande amigo de toda a minha vida, que é o livro.

Como ficam as grandes questões da humanidade no pós-pandemia? A humanidade tem um grande desafio, que é o seu convívio com a natureza. Se não encontrarmos - e rapidamente - um ponto de equilíbrio, seremos varridos, como já o foram tantos milhões de

espécies, da face da Terra. Mas não podemos ignorar também a gigantesca desigualdade que existe entre os que tudo têm e os que nada têm, tão forte globalmente quanto em nosso país. Não podemos aceitar - são coisas que eu disse há mais de 30 anos, nas Nações Unidas, falando em nome do Brasil - que pessoas passem fome, sejam vítimas de violência, sofram discriminações terríveis enquanto uns poucos, em uns poucos países, não saibam o que fazer com o que têm, vivam num niilismo e num luxo desenfreado.

O momento exige resiliência e ativismo solidário. Pessoalmente, se engajou em alguma atividade coletiva - a distância? Você sabe que eu dei a minha contribuição na busca da justiça social e da democracia. Agora é a vez de outras gerações.

Que ensinamento este momento nos deixa? O de que o homem tem que ser mais humilde diante do desconhecido e mais solidário.

O senhor é praticamente um candango. Como viu a evolução da cidade? Realmente, creio que sou dos últimos sobreviventes dos que viram a cidade nascer. Fui um dos primeiros parlamentares a mudar-me para Brasília, e desde então, fora os anos em que governei o Maranhão, aqui vivo. Fora o primeiro momento, em que saímos das nuvens vermelhas da poeira das obras para o verde das superquadras, o que vi foi a cidade se transformar numa das grandes cidades brasileiras. Aquela coisa que existia de as pessoas a classificarem de impossível de viver e aqui virem para passar dois ou três dias na semana, voltando para os grandes centros, desapareceu, e hoje há aqui todo ou mais conforto que em qualquer das capitais do mundo.

Como vê a perda de tantos brasileiros para a covid-19? A perda de cada vida é uma tragédia, não só para a sua família como para o país. Infelizmente, todos já passamos, a esta altura, por viver a pandemia como uma tragédia familiar, pela perda de um parente ou amigo muito próximo. Pensar na imensidão do número de vítimas é uma dor que revolta e sufoca.

O governo federal está desempenhando o papel corretamente em relação à crise sanitária? Você sabe que tenho comigo mesmo o compromisso de não dar palpite no governo dos meus sucessores. O que posso dizer é que todos os governos da Terra devem se guiar, neste momento, pela ciência, pelos seus representantes, que são os médicos e pesquisadores, os que têm o domínio de como se processa a expansão deste organismo que não chega a ser vivo, mas é a morte para tantos.

Que conselho o senhor daria aos políticos das novas gerações? No processo da Inconfidência, chega um Alferes para acusar Tiradentes e mostrar que ele

estava numa conspiração, e lhe diz: "Eu aqui estou para trabalhar para ti."; e Tiradentes responde: "Eu estou aqui para trabalhar para todos." Creio que quem quer começar na política deve pensar nisso, pensar que a política só faz sentido para quem quer trabalhar por uma sociedade mais justa e humana.

O encontro com o ex-presidente Lula é um sinal de nova aliança? Eu sou da velha guarda, em que se mantém a liturgia de que conversa entre ex-presidentes não se revela se não for acordado antes.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos é possível? Creio que o Brasil tem dois desafios que precisam ser encarados por valores acima das polêmicas políticas: o primeiro é, sem dúvida, este de nos recuperarmos da perda de tantos brasileiros e dos graves efeitos de desorganização da sociedade e da economia que a pandemia causou e continua causando. Então temos que bater em duas teclas: ajuda à sobrevivência, superação da fome e do desespero; e emprego, emprego e emprego. Depois precisamos fazer uma grande **reforma política**, com dois focos convergentes: o sistema de governo - temos que avançar para o parlamentarismo -, e o sistema eleitoral - temos que acabar com essa multidão de partidos, acabar com o voto proporcional uninominal, implantar o voto distrital misto, implantar a democracia partidária.

Resistir sempre e com muito humor

A vida pós-picada da vacina contra o coronavírus deve seguir rígidos padrões de cuidados. A mais irreverente e estilosa vacinada de Brasília, Mercês Parente, reforça a importância de manter-se fiel ao isolamento, ao uso de máscaras e higienização das mãos. "É atitude política e de respeito ao coletivo", defende a arquiteta, que já tomou as duas doses e, para cada ocasião, fantasiou-se em protesto contra o negacionismo e a carece de plantão. Seja vestida de jacaré, para ironizar a frase de Bolsonaro sobre os "efeitos" da CoronaVac, ou com um vestido cor-de-rosa com bonequinhos em sugestiva pose ao lado da sua idade, 69, Mercês faz jus aos ensinamentos de Dercy Gonçalves e Rita Lee. "O que não faltam são histórias nesses anos, causos, vidas contidas em minha existência. Mergulho nos momentos, instantes e permanências. Cheguei ao mundo para ser feliz. Quando tudo fica nebuloso, nada que uma boa gargalhada não reverbere e a vibração espante o mau agouro. Também pode ser um palavrão", sugere Mercês, de seu apartamento na 208 Sul, onde mora desde a chegada dos pais a Brasília, em 1961.

#VivaaCiência

Nunca antes na história desse país, a ciência foi tão comentada quanto agora e, por tabela, uma eleição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) chamou tanta atenção. Nesta quinta-feira, os olhos se voltam para as eleições da nova diretoria da entidade. Dois candidatos disputam à presidência: Renato Janine Ribeiro (USP), ex-ministro da Educação; e o neurocientista Carlos Alexandre Netto, ex-reitor da UFRS.

Por dentro das forças

Políciais das forças de segurança locais envolvidos em violência doméstica estão recebendo acompanhamento terapêutico, reflexivo e processual. A Secretaria de Segurança e o Tribunal de Justiça estão à frente do projeto inovador aqui no DF que é reconhecido pelo Fórum Brasileiro de Segurança.

De olho

A polícia está na cola do maior financiador de fake news do país e dois advogados que estavam tentando fechar negócio com a Pfizer para liberar a compra das vacinas para o Brasil.

O QUE ELES DISSERAM

Em meio à pandemia, o brasileiro vem se adaptando às restrições e buscando soluções para enfrentar este momento.

"A prevenção é grande aliada da saúde. No auge da crise da covid-19, com desafios em todas as esferas da vida, fica evidente que proteger as pessoas e promover a autoproteção são compromissos dos quais não devemos nos furtar. Nós somos produtores de conhecimento científico, além da assistência em saúde, um conceito que aprendemos nessa pandemia é que usar máscaras de proteção, higienizar as mãos com frequência e manter o distanciamento físico são atitudes preventivas que realmente salvam vidas". #NãoPareDeSeCuidar Gustavo Fernandes, diretor-geral do Hospital Sírio-Libanês em Brasília

"Sei que pode ser trivial, mas estimular as pessoas a continuarem respeitando o isolamento pode evitar mais mortes pela covid-19. Outro ponto essencial é incentivar o uso de máscara enquanto faz caminhadas (tal como você, minhas filhas e eu - só não vai de máscara a Lola, a cachorra vira-lata, mas de ótima índole)". #Negacionismomata Aldo Paviani, geógrafo e professor da UnB